



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E GESTÃO

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

MESTRADO EM CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

ESPECIALIZAÇÃO EM FINANÇAS

MODELO DE GESTÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL

Leila Meneses Dinis

Orientador: Professor Doutor João Carlos Aguiar Teixeira

Ponta Delgada, setembro de 2014

RESUMO

O presente relatório é o resultado final do estágio curricular realizado no âmbito do Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais da Universidade dos Açores, que decorreu de 01 de outubro de 2013 a 30 de maio de 2014, na Associação Empresarial Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo. Esta Associação tem como principal atividade representar, defender e promover as suas empresas associadas.

Neste relatório apresenta-se as atividades práticas desenvolvidas ao longo do estágio, tendo em conta os conceitos teóricos aprendidos ao longo do percurso académico, desde a Licenciatura em Economia ao Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização na área das Finanças, conseguindo, assim, aplicar a teoria à realidade empresarial, nomeadamente a uma associação empresarial.

Com o estágio pretende-se obter o grau de mestre, adquirir experiência profissional, facilitar a entrada no mundo empresarial e profissional e compreender o modelo de gestão de associações empresariais, tendo como base a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.

Neste relatório, primeiramente, faz-se a caracterização da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo e das suas áreas funcionais, de seguida descreve-se as atividades desenvolvidas ao longo do estágio curricular e, por último, apresenta-se a análise crítica do relatório. Na análise crítica é explicado o modelo de gestão da Associação, uma vez que, ao longo da vida académica, o conhecimento sobre associações empresariais foi muito escasso, havendo mais matéria teórica sobre entidades públicas e/ou privadas.

ABSTRACT

This report is the final result of the curricular internship for the Masters degree in Economics and Business Sciences of the University of the Azores, which ran from October 1st 2013 until May 30th 2014 at the Business Association of the Angra do Heroísmo Chamber of Commerce. This Association's main concern is to represent, defend and promote its associated companies.

This report presents the activities developed throughout the internship, taking into account the theoretical concepts obtained at the University, from the Economics Degree to the Masters degree in Economics and Business Sciences, with a specialization in Finance, thereby applying theory to the business reality, in this case a business association.

The aim of the internship is to develop this report in order to acquire the masters degree, gain professional experience, facilitate entry into the business and professional world, as well as understand the management model of business associations, based on the Angra do Heroísmo Chamber of Commerce.

In this report there is firstly a characterization of the Angra do Heroísmo Chamber of Commerce and its functional areas, secondly a description of activities developed throughout the course of the curricular internship, and lastly a critical analysis. In the critical analysis the Association's management model is explained, since through the academic career the knowledge of business associations was very scarce, with more emphasis on theory about private and/or public entities.

AGRADECIMENTOS

Gostaria, agora, de dirigir os meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram para a realização do estágio e do presente relatório.

Quero agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor João Teixeira, que esteve sempre disponível para me orientar, quer na realização do estágio quer na elaboração do relatório.

Um agradecimento especial à Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, a Dr.^a Paula Costa, que foi fundamental na orientação do estágio e na realização do presente relatório. Quero também agradecer a todos os outros colegas da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, que auxiliaram-me sempre que necessitei, deixando um especial agradecimento aos colegas do Departamento Administrativo e Financeiro. Agradeço também à Direção da Associação por ter aceite a realização do meu estágio.

Aos meus pais, Eduardo e Dulcelina, à minha irmã Marlene, ao meu cunhado João e ao meu sobrinho Matias, quero deixar o meu maior agradecimento, por todo o apoio e ajuda que me deram ao longo destes cinco anos de vida académica, sem eles não teria chegado tão longe.

Agora, a todos os meus amigos, tanto da ilha Terceira como da ilha de São Miguel, quero também deixar um agradecimento, pelo apoio prestado ao longo do meu percurso académico.

ÍNDICE

RESUMO.....	<i>ii</i>
ABSTRACT	<i>iii</i>
AGRADECIMENTOS	<i>iv</i>
ÍNDICE.....	<i>v</i>
LISTA DE TABELAS	<i>vii</i>
LISTA DE FIGURAS	<i>viii</i>
LISTA DE ABREVIATURAS.....	<i>ix</i>
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – CARATERIZAÇÃO GERAL DA ASSOCIAÇÃO	3
1.1. Descrição Sumária da Associação	3
1.2. História da Associação	4
1.3. Competências da Associação.....	7
1.4. Associativismo	7
1.5. Órgãos Sociais	11
1.5.1. Assembleia Geral	11
1.5.2. Direção	12
1.5.3. Conselho Fiscal	12
1.6. Organigrama da Associação	13
1.7. Receitas da Associação.....	13
1.8. Despesas da Associação	14
1.9. Principais Desafios da Associação	14
CAPÍTULO II – CARATERIZAÇÃO DAS ÁREAS FUNCIONAIS DA ASSOCIAÇÃO.....	15
2.1. Departamento Administrativo e Financeiro	15
2.2. Departamento de Gestão de Incentivos	16
2.3. Departamento Jurídico.....	17
2.4. Departamento de Formação e Qualidade.....	18
2.5. Departamento de Comunicação e Imagem.....	19
2.6. Núcleos Empresariais	20
CAPÍTULO III – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	22

3.1. Contabilidade.....	22
3.1.1. Contabilidade da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.....	23
3.1.2. Contabilidade da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores.....	31
3.1.3. Contabilidade da Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira.....	32
3.2. Execução Financeira das Candidaturas Comunitárias ao Programa Operacional dos Açores para a Convergência.....	35
3.2.1. Elaboração de Pedidos de Pagamento.....	36
3.2.2. Picagem dos Pedidos de Pagamento.....	39
3.3. Execução Financeira do Protocolo com o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores.....	40
3.4. Colaboração na Elaboração do Plano de Recuperação da Dívida dos Associados.....	42
3.5. Análise ao Economato da Associação.....	44
3.6. Elaboração da Proposta de Alteração do Regime de Quotas da Associação.....	47
3.7. Preenchimento do Relatório Único.....	51
3.8. Participação no “Encontro Empresarial”.....	52
CAPÍTULO IV – ANÁLISE CRÍTICA.....	53
CAPÍTULO V – CONCLUSÕES.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Descrição sumária da Associação.....	4
Tabela 2. Sócios fundadores.....	5
Tabela 3. Sistema de quotização da Associação.....	9
Tabela 4. Plano de contas da analítica da CCAH.....	23
Tabela 5. Organização dos documentos contabilísticos da CCAH.....	25
Tabela 6. Estrutura base da DRI por atividades da CCAH.....	30
Tabela 7. Plano de contas da analítica da CCIA.....	31
Tabela 8. Organização dos documentos contabilísticos da CCIA.....	32
Tabela 9. Organização dos documentos contabilísticos da AGESPI.....	33
Tabela 10. Estrutura base da tabela reproduzida através da listagem com o consumo do economato da CCAH.....	45
Tabela 11. Variação do gasto de economato, de 2012 para 2013.....	46
Tabela 12. Proposta de alteração do regime de quotas da CCAH.....	48

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Distribuição de associados por ilha.....	10
Figura 2. Distribuição de associados por natureza jurídica.....	10
Figura 3. Distribuição de associados por setor de atividade.....	10
Figura 4. Organigrama da Associação.....	13
Figura 5. Gasto do economato, por secção, em 2012.....	45
Figura 6. Gasto em economato, por secção, em 2013.....	46
Figura 7. Alterações no sistema de quotização dos associados da CCAH.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS

AG – Assembleia Geral

AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira

ART – Associação Regional do Turismo

CCAH – Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo

CCIA – Câmara do Comércio e Indústria dos Açores

CCIAH – Câmara do Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo

CF – Conselho Fiscal

CIRE – Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas

CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

DAF – Departamento Administrativo e Financeiro

DCI – Departamento de Comunicação e Imagem

DF – Demonstrações Financeiras

DFQ – Departamento de Formação e Qualidade

DGI – Departamento de Gestão de Incentivos

DJ – Departamento Jurídico

DRAIC – Direção Regional de Apoio ao Investimento e Competitividade

DRI – Demonstração de Resultados Intercalar

DRTQPDC – Direção Regional do Trabalho, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor

ENI – Empresa em Nome Individual

EOEP – Estado e Outros Entes Públicos

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FSE – Fundo Social Europeu

GD – Gestão Documental

IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento

IES – Informação Empresarial Simplificada

IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

NCRF – Norma Contabilística de Relato Financeiro

OEFP – Observatório do Emprego e Formação Profissional

PER – Processo Especial de Revitalização

PROCONVERGÊNCIA – Programa Operacional dos Açores para a Convergência

PRO-EMPREGO – Programa Operacional do Fundo Social Europeu para a Região Autónoma dos Açores

RAA – Região Autónoma dos Açores

SG – Secretária-Geral

SIDER – Sistema e Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores

SIGA – Sistema Integrado de Gestão e Administração

SIREVE – Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

TSU – Taxa Social Única

INTRODUÇÃO

O presente relatório é o resultado final do estágio curricular integrado no Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais lecionado na Universidade dos Açores e tem como objetivo apresentar, de forma resumida, a associação empresarial onde foi realizado, as tarefas desenvolvidas e analisar o modelo de gestão da associação.

O estágio realizou-se na Associação Empresarial Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, no Departamento Administrativo e Financeiro, tendo como principal objetivo adquirir conhecimentos nas áreas que o referido departamento abrange e aplicar e aprofundar os conceitos obtidos ao longo da licenciatura e do mestrado.

O relatório é estruturado de acordo com cinco capítulos. No primeiro capítulo faz-se a caracterização geral da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, onde consta a descrição sumária da Associação, o seu historial, as suas principais competências, o associativismo, os órgãos sociais que a constituem, o seu organigrama, as fontes das suas receitas e despesas e os principais desafios que conduzem a sua atividade.

No segundo capítulo caracteriza-se as diversas áreas funcionais da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, descrevendo-se, de forma sucinta, as atividades desenvolvidas pelos cinco departamentos e pelos núcleos empresariais das ilhas de São Jorge e Graciosa.

O terceiro capítulo relata as principais tarefas realizadas ao longo do estágio curricular, que abrangeram, essencialmente, a contabilidade, a execução financeira de candidaturas a programas e protocolos de apoio comunitário, a elaboração de um plano de recuperação de dívidas, a análise ao consumo da Instituição, a elaboração de uma proposta de alteração do regime de quotas, o preenchimento do Relatório Único e a participação no Encontro Empresarial.

No quarto capítulo é desenvolvida a análise crítica do relatório e do estágio realizado, descrevendo-se o modelo de gestão que a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo segue como Associação Empresarial, as competências adquiridas com a realização do estágio e deste relatório e os conceitos teóricos obtidos ao longo do percurso académico aplicados às tarefas realizadas. Por último, no quinto capítulo, constam as principais conclusões, tendo em conta o trabalho desenvolvido ao longo do estágio e a elaboração do presente relatório.

CAPÍTULO I – CARATERIZAÇÃO GERAL DA ASSOCIAÇÃO

Neste primeiro capítulo far-se-á a caraterização geral da Associação, ou seja, descrever-se-á o seu historial, enumerar-se-á as suas principais competências e as fontes das suas receitas e despesas. Caraterizar-se-á o associativismo e os órgãos sociais que constituem a Associação, tendo em conta, essencialmente, os Estatutos da Instituição. Ainda neste capítulo, apresentar-se-á o organigrama da Associação e os principais desafios que conduzem a sua atividade.

1.1. Descrição Sumária da Associação

De acordo com o artigo 1º dos seus Estatutos¹, a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo (CCAH), Associação de Comerciantes, Industriais, Importadores e Exportadores das Ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge, passa a designar-se Câmara do Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo (CCIAH). Atualmente ainda não se utiliza a designação CCIAH, porque a Associação aguarda que se efetive o registo comercial na conservatória. Desta forma, ao longo deste relatório, utilizar-se-á a denominação CCAH.

Segundo o n.º 1 do artigo 2º dos Estatutos, a CCAH é uma pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, sendo o seu principal objeto a representação, defesa e promoção das empresas associadas.

A CCAH, pelo n.º 1 do artigo 3º dos seus Estatutos, abrange a área das ilhas Terceira, Graciosa e S. Jorge, tendo a sua sede em Angra do Heroísmo.

A Tabela 1 descreve, de forma sucinta, a Associação.

¹Estatutos aprovados em reunião da Assembleia Geral Ordinária a 27 de março de 2013.

Tabela 1. Descrição sumária da Associação

Associação	Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo
Sede	Rua da Palha n.º 4-14, Angra do Heroísmo
Núcleos	
São Jorge	Rua Dr.º Duarte Sá n.º 6, Velas
Graciosa	Rua Marquês do Pombal n.º 12, Santa Cruz da Graciosa
Contatos	
Sede	295 204 810
São Jorge	295 432 483
Graciosa	295 732 450
E-mail	geral@ccah.eu
Site	www.ccah.eu
NIF	512 007 551
Natureza Jurídica	Associação Sem Fins Lucrativos
CAE	94110 - Atividades de Organizações Económicas e Patronais
Data da Constituição	abril de 1852
Fundo Social	384.882,34 €

Fonte: *Site* da CCAH, 2014 e Relatório de Atividades & Contas de 2013²

A CCAH, de acordo com o artigo 1º dos Estatutos³ da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores (CCIA), conjuntamente com as Câmaras do Comércio e Indústria de Ponta Delgada e Horta constituem a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, que representa o tecido empresarial açoriano a nível regional, nacional e internacional.

1.2. História da Associação

Segundo MOTA (2005), a CCAH surgiu a 3 de abril de 1852, quando os comerciantes locais pretenderam formar uma associação empresarial que, tendo em conta as necessidades do comércio local, conseguisse conciliar e promover os interesses particulares e gerais desse comércio, tal como já havia em várias partes da Monarquia

² Relatório apresentado na reunião da Assembleia Geral Ordinária 2014 a 28 de março de 2014.

³ Estatutos publicados no JO, II Série, 1-2º Suplemento, de 24 de janeiro de 1980.

Portuguesa. Nessa mesma data, realizou-se uma reunião, em casa de um negociante da praça de Angra do Heroísmo, com o intuito de formar a referida associação comercial. Assim, constituiu-se a Associação Comercial de Angra do Heroísmo com os sócios fundadores enumerados na Tabela 2. Elegendo-se como primeiro Presidente, o comerciante, Tomás José da Silva.

Tabela 2. Sócios fundadores

Nome do Sócio	Nome do Sócio
1 António Teles Peixoto Gutierrez Palhinha	19 Manuel Inácio Cardoso
2 Manuel Mendes Correia	20 José da Costa Coelho
3 Manuel Gonçalves Fagundes	21 Veríssimo José de Andrade
4 João Severino Avelar	22 José Luís de Sequeira
5 João Fernandes Teixeira	23 Joaquim Teixeira Brasil
6 José Maria do Amaral	24 Francisco de Paula e Carvalho
7 Frutuoso da Costa Pessoa	25 Aniceto António dos Santos
8 Frederico Ferreira Campos	26 João António Nogueira
9 Joaquim José Marques Guimarães	27 Jacinto Cândido da Silva
10 Luís da Silva e Carvalho	28 José Maria Gonçalves Branco
11 João Maria da Silva	29 António da Silva Baptista
12 Domingo de Sousa Mendes	30 Manuel José Botelho
13 Joaquim Machado de Freitas	31 Lucindo Machado de Freitas
14 Custódio dos Anjos Moreira da Silva	32 Visconde de Bruges
15 João Prudêncio Soares	33 Mateus José de Araujo
16 Luís António de Melo	34 Manuel Joaquim dos Reis
17 António Joaquim da Rocha Linhares	35 António Carlos Kilberg
18 José Inácio Cardoso	36 Tomás José Silva

Fonte: MOTA, 2005

Ao longo do tempo, a Associação Comercial de Angra do Heroísmo foi alterando a sua designação até se tornar na atual Câmara do Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo. Assim, de acordo com a informação constante no *site* da Instituição, a 16 de outubro de 1940, através de um alvará, as Associações Comerciais de Angra do

Heroísmo e Praia da Vitória converteram-se em Grémio do Comércio do Distrito de Angra do Heroísmo.

A 19 de março de 1975, por deliberação da Assembleia Geral (AG), o Grémio do Comércio tornou-se na Associação Comercial e Industrial de Angra do Heroísmo.

Mais tarde, a 3 de dezembro de 1979, mediante deliberação da AG, a Associação Comercial e Industrial de Angra do Heroísmo deu lugar à Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, Associação de Comerciantes, Industriais, Importadores e Exportadores das Ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge.

Finalmente, a 27 de março de 2013, novamente por deliberação da AG, foi alterada a designação de Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo para Câmara do Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo e aprovados os atuais Estatutos.

Pela resolução n.º 26/90⁴, de 26 de fevereiro de 1990, a CCAH é declarada Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, exercendo a sua atividade na Região Autónoma dos Açores (RAA) nas áreas do comércio, da indústria e dos serviços.

A 19 de março de 1999, através de alteração estatutária, são criados os núcleos empresariais e aprovados os respetivos regulamentos, constituindo-se o núcleo empresarial da ilha de São Jorge, a 22 de outubro de 1999, e o núcleo empresarial da ilha Graciosa, a 22 de fevereiro de 2000.

Em abril de 2002, a CCAH comemorou os seus 150 anos de existência, sendo condecorada pelo Presidente da República com o título de “*Membro Honorário da Ordem do Mérito Agrícola, Comercial e Industrial*”, conforme publicação em Diário da República, II Série de 28 de maio de 2002.

⁴ Resolução publicada no JO, I Série, n.º 9, de 26 de fevereiro de 1990.

1.3. Competências da Associação

De modo a prosseguir adequadamente com a sua atividade, de acordo com o n.º 2 do artigo 2º dos seus Estatutos, a CCAH apresenta como principal competência, representar os associados, defender os seus interesses e prestar-lhes serviços. De uma forma resumida, a CCAH tem como outras competências, celebrar protocolos e acordos com outras associações ou organismos, tornando-os parceiros estratégicos, organizar toda a sua atividade de modo a funcionar de forma eficiente e eficaz, realizar ou cooperar na realização de conferências, congressos, exposições, feiras e missões empresariais, no país ou fora dele, promover a formação profissional, coordenar o exercício das atividades dos setores que associa, constituir ou participar no capital de sociedades comerciais e constituir e administrar fundos destinados a fazer face às necessidades dos seus sócios. De uma forma geral, a CCAH tenta sempre prosseguir objetivos que visem o interesse dos associados, próprios da Associação e da RAA.

1.4. Associativismo

De acordo com o n.º 1 do artigo 5º dos Estatutos da CCAH, podem ser suas associadas todas as pessoas singulares ou coletivas, de direito privado, que exerçam atividades comerciais, industriais e de serviços, na área das ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge. A admissão dos sócios, segundo o n.º 4 do artigo mencionado, compete à Direção.

As empresas, como sócias de uma associação empresarial, possuem tanto direitos como deveres que devem ter sempre em conta. No que toca à CCAH, os direitos dos seus associados encontram-se no artigo 6º dos seus Estatutos e, por sua vez, no artigo 7º apresentam-se os respetivos deveres. Destacando-se como principais direitos, participar na constituição e funcionamento dos órgãos sociais da Instituição, utilizar todos os

serviços prestados pela mesma e usufruir dos benefícios e regalias decorrentes da sua existência e, como principais deveres, destacam-se, o cumprimento das disposições estatutárias, o pagamento das quotas fixadas e a execução dos cargos associativos para que forem eleitos. De uma forma geral, os sócios da CCAH devem agir de modo a contribuir para o bom funcionamento da CCAH, tendo em conta as características das suas empresas.

De acordo com o artigo 22º dos Estatutos da Associação, são criadas comissões setoriais que servem para o estudo e eventual resolução de assuntos específicos dos diversos setores de atividade das empresas associadas, sendo mandatadas para, em nome da Direção, conduzirem negociações, participarem nelas ou resolverem problemas concretos que necessitem de ação direta. Atualmente, e de acordo com o Relatório de Atividades & Contas de 2013, existem oito comissões setoriais, nomeadamente, a Comissão da Indústria e da Internacionalização, a Comissão do Comércio e Serviços, a Comissão de Promoção e Dinamização do Turismo, a Comissão do Automóvel, a Comissão do Planeamento Urbano, a Comissão da Saúde, a Comissão dos Combustíveis e a Comissão Estratégica dos Açores.

De acordo com a alínea b) do artigo 7º dos Estatutos da Associação, é dever dos associados pagar a quota fixada pela AG. O valor da quota difere consoante a natureza jurídica do associado e consoante a ilha em que este possui sede ou delegação.

O valor mensal da quota aplicável às sociedades e às empresas em nome individual (ENI's) é de 30€ e 15€, respetivamente, para as empresas sediadas ou localizadas na ilha Terceira. Para os associados das ilhas de São Jorge e Graciosa, o valor da quota sofre uma redução de 30% relativamente à quota paga por um associado com sede na ilha Terceira. No caso de o associado optar pela modalidade de quota anual e com pagamento por débito bancário, é aplicado um desconto de 10% ao valor da quota.

Todas as empresas que se tornem associadas da CCAH gozam, durante o primeiro ano, de um desconto de 50% no valor da quota determinada.

Existem ainda outras modalidades de quotização, a institucional (para sociedades financeiras) e o regime voluntário, que está associado a empresas que pretendem pagar uma quota superior à determinada, como forma de apoiar a Associação.

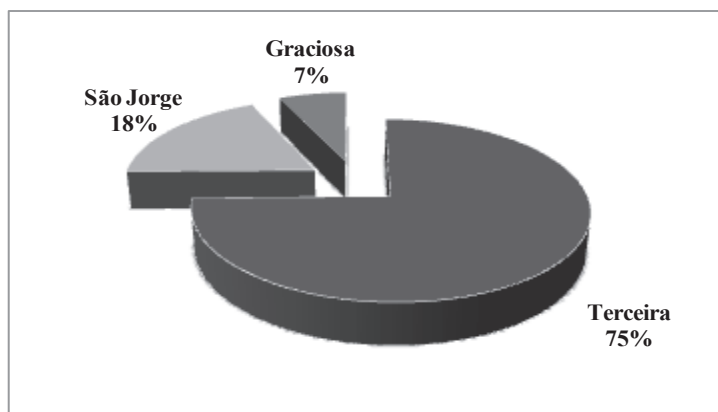
Em resumo, o sistema de quotização aplicado pela Associação encontra-se espelhado na Tabela 3.

Tabela 3. Sistema de quotização da Associação

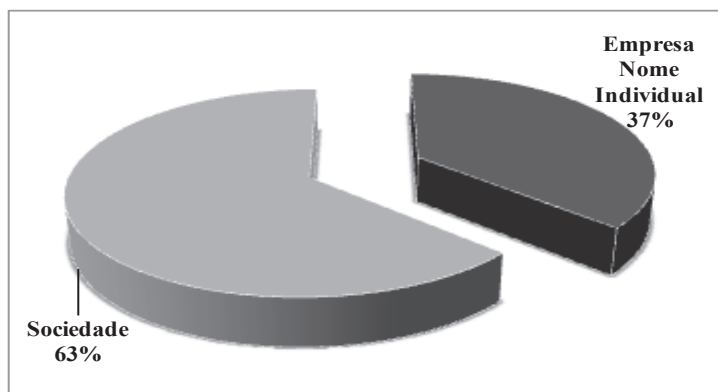
Localização	Natureza Jurídica	Primeiro Ano		Segundo Ano	
		Mensalidade	Anualidade	Mensalidade	Anualidade
	Empresário em Nome Individual	7,50 €	81,00 €	15,00 €	162,00 €
	Sociedade	15,00 €	162,00 €	30,00 €	324,00 €
Ilha Terceira	Institucional	50,00 €	540,00 €	100,00 €	1.080,00 €
	Regime Voluntário	37,41 €	404,03 €	74,82 €	808,06 €
	Regime Voluntário	17,00 €	183,60 €	34,00 €	367,20 €
Ilhas São Jorge e Graciosa	Empresário em Nome Individual	5,25 €	56,70 €	10,50 €	113,40 €
	Sociedade	10,50 €	113,40 €	21,00 €	226,80 €

Fonte: DAF (Departamento Administrativo e Financeiro) CCAH, 2014

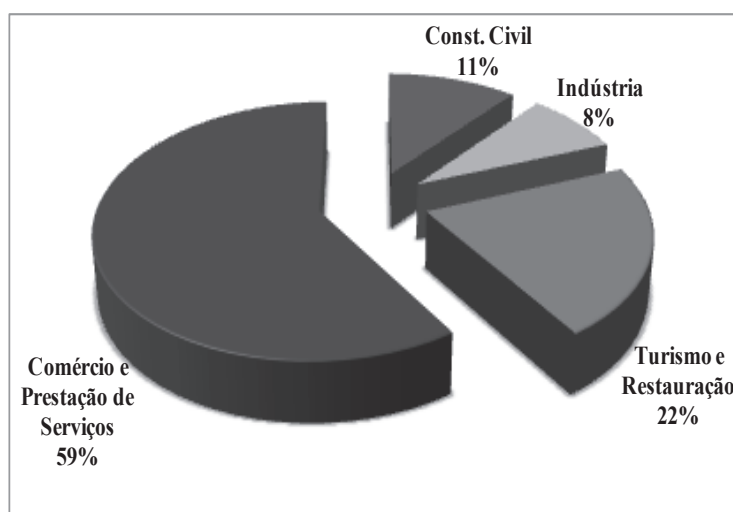
Tendo como referência o dia 31 de dezembro de 2013, o número total de associados da CCAH é de 844. Nas Figuras 1, 2 e 3 encontra-se a caracterização dos associados à referida data, sendo possível observar-se a distribuição de associados por ilha, por natureza jurídica e por setor de atividade, respetivamente.

Figura 1. Distribuição de associados por ilha

Fonte: SIGA (Sistema Integrado de Gestão e Administração) CCAH

Figura 2. Distribuição de associados por natureza jurídica

Fonte: SIGA CCAH

Figura 3. Distribuição de associados por setor de atividade

Fonte: SIGA CCAH

A CCAH oferece uma variedade de vantagens a quem se associa, que divulga através do seu *site*. A promoção dos associados dentro e fora do país é uma das principais vantagens que a CCAH proporciona aos seus sócios. Esta promoção é feita através da participação preferencial em eventos, nomeadamente, feiras, missões, seminários, congressos e *workshops*. Outra vantagem está associada ao investimento, isto é, ao associado que pretende investir no seu negócio, a CCAH oferece uma ligação direta à obtenção de apoios comunitários, através da divulgação e enquadramento dos mesmos. A CCAH também proporciona vantagens no que toca à formação e emprego, facultando cursos de formação profissional, uma bolsa de emprego *online* e um programa de recrutamento e seleção de pessoal aos associados. Proporcionar poupança ao associado é essencial, desta forma, ao associar-se à CCAH, a empresa ao pagar a quota fixada beneficia fiscalmente em sede do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), para além deste benefício fiscal, a empresa obtém diminuição de custos ao aderir aos protocolos que a CCAH estabelece com diversas empresas. Por último, a Associação presta apoio jurídico aos seus associados.

1.5. Órgão Sociais

De acordo com o n.º 1 do artigo 10º dos Estatutos da CCAH, esta é instituída por três órgãos sociais, a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal (CF).

Relativamente à duração dos mandatos, o n.º 1 do artigo 12º refere que esta é de três anos, sendo permitida a reeleição.

1.5.1. Assembleia Geral

A AG, conforme o n.º 1 do artigo 14º dos Estatutos da Associação, é constituída por todos os associados que se encontram no pleno gozo dos seus direitos, sendo a respetiva

mesa composta por um presidente, dois vice-presidentes e dois vogais. Relativamente às competências da AG, estas encontram-se no n.º 1 do artigo 15º dos Estatutos. De uma forma geral, compete à AG, eleger a sua mesa, a Direção e o CF, deliberar sobre a aprovação do relatório e contas de cada exercício, sobre as alterações estatutárias, sobre a dissolução ou extinção da Associação, sobre as competências atribuídas à CCAH e sobre qualquer outro assunto que lhe seja submetido. A AG é, também, responsável por fixar as quotas e outras contribuições sociais.

1.5.2. Direção

A Direção, segundo o n.º 1 do artigo 18º dos Estatutos da CCAH, é constituída por sete membros efetivos, sendo um presidente, e seis vice-presidentes e, pelos presidentes das comissões executivas dos núcleos empresariais.

Compete à Direção, segundo o artigo 19º dos Estatutos, representar e gerir a Associação, criando, organizando e dirigindo os serviços dessa. De uma forma geral, a Direção como órgão social fundamental da CCAH, deve praticar tudo o que julgar conveniente para a continuação dos fins estatutários da Associação.

1.5.3. Conselho Fiscal

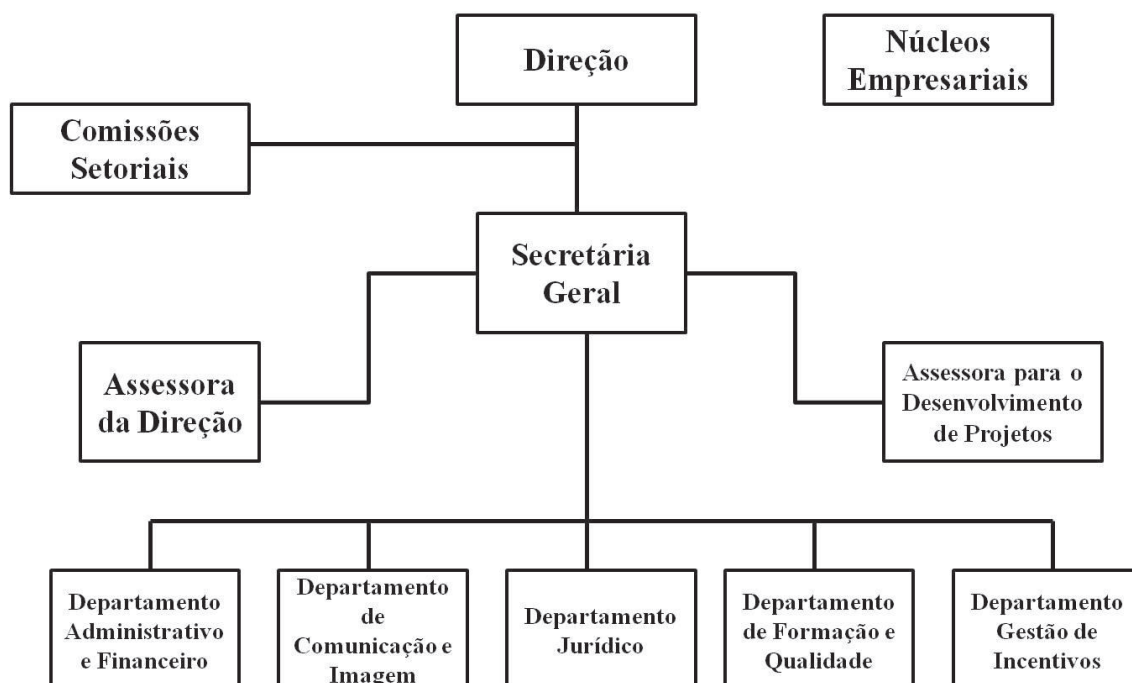
O CF é composto por um presidente e dois vogais, tal como disposto no artigo 23º dos Estatutos da CCAH.

Relativamente às competências do CF, estas encontram-se no artigo 24º. De forma resumida, compete ao CF examinar a escrita da Associação e fiscalizar os atos da Direção e os serviços. Para além disto, o CF é o órgão social que dá parecer sobre o relatório e contas anuais da Instituição e sobre quaisquer outros assuntos que lhe sejam submetidos.

1.6. Organigrama da Associação

A CCAH estrutura-se de acordo com o organigrama representado na Figura 4. Este organigrama ainda não foi divulgado no *site* da Instituição, tendo sido cedido pelo Departamento Administrativo e Financeiro (DAF).

Figura 4. Organigrama da Associação



Fonte: DAF

1.7. Receitas da Associação

Segundo o artigo 26º dos Estatutos da CCAH, constituem receitas da Associação, as quotas e outras contribuições fixadas pela AG, as taxas da prestação de serviços para participação das despesas originadas pela organização ou realização de eventos, o rendimento de bens próprios, as contribuições voluntárias dos associados, as doações,

heranças e legados e os subsídios e outras formas de apoio concedidos à Associação por pessoas de direito público ou privado.

1.8. Despesas da Associação

No que toca às despesas da CCAH, de acordo com o artigo 27º dos seus Estatutos, estas têm origem nas retribuições do pessoal e de todos os seus colaboradores, nos encargos inerentes à manutenção da sede da Associação e dos seus diversos departamentos, nas participações que advenham da sua filiação em outros organismos e em todos os demais encargos necessários à prossecução dos fins estatutários.

1.9. Principais Desafios da Associação

Os principais desafios da CCAH têm por base seguir as linhas de orientação que conduzem a atividade da Associação, tal como descrito no Relatório de Atividades & Contas 2013.

Com isto, os desafios da CCAH passam por promover o associativismo, fomentar uma cultura empreendedora nas empresas associadas e na própria Associação, aumentar a competitividade da economia açoriana e a internacionalização das empresas da região. Para além disto, a Instituição pretende desenvolver a capacidade de inovação dos seus sócios e aumentar as qualificações técnicas e a gestão dos seus recursos humanos e das empresas associadas. Por último, a Associação pretende contribuir de forma positiva para a sociedade através da responsabilidade social, fomentando esta na CCAH e junto dos seus sócios e, através também, de uma maior preocupação com a sustentabilidade ambiental.

CAPITULO II – CARATERIZAÇÃO DAS ÁREAS FUNCIONAIS DA ASSOCIAÇÃO

Neste segundo capítulo, caracterizar-se-á as diversas áreas funcionais da CCAH. Desta forma, ao nível funcional, a CCAH é constituída por cinco departamentos e pelos núcleos empresarias das ilhas de São Jorge e Graciosa. Estas áreas funcionais são responsáveis por toda a sua atividade e pela execução de projetos estratégicos para o desenvolvimento da economia regional e local, tendo sempre em conta a contínua defesa dos interesses dos associados e a profissionalização da Instituição.

Através de informação constante no *site* da Associação e do Relatório de Atividades & Contas 2013, foi possível proceder à descrição de todas as áreas funcionais que constituem a Instituição. Para além destas fontes, grande parte da informação foi obtida, também, através do contacto com os colaboradores de cada departamento.

2.1. Departamento Administrativo e Financeiro

O Departamento Administrativo e Financeiro (DAF) é responsável pela organização administrativa e financeira da CCAH, tendo como objetivo implementar uma gestão eficaz da Associação.

No DAF estão concentrados os serviços administrativos como a receção de todos os utentes da CCAH, incluindo sócios e não sócios, a receção, expedição e registo documental de toda a correspondência, elaboração de títulos de registo, manutenção de infraestruturas e de equipamentos, preparação de circulares, gestão do economato e de compras, inscrição e cancelamento de associados e todas as cobranças, nomeadamente de quotas e de prestação de outros serviços.

O DAF engloba igualmente os serviços financeiros, tais como a contabilidade da CCAH, da CCIA e da Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira (AGESPI), o que implica a elaboração e cumprimento das obrigações declarativas fiscais das referidas associações. É também da responsabilidade deste departamento a elaboração dos pedidos de pagamento de candidaturas aprovadas no âmbito do Programa Operacional dos Açores para a Convergência (PROCONVERGÊNCIA) e de protocolos com entidades públicas. Ainda nos serviços financeiros, o DAF elabora o orçamento anual da Associação e os orçamentos e as reprogramações das candidaturas ao PROCONVERGÊNCIA, em colaboração com os departamentos responsáveis pela execução física dos projetos realizados no âmbito das referidas candidaturas. Por último e, ainda dentro dos serviços financeiros, é da competência do DAF, o processamento dos salários e a gestão das contas de tesouraria (pagamentos a fornecedores, recebimentos e análise das necessidades de financiamento).

Na área dos recursos humanos, o DAF é responsável pelo registo da assiduidade, análise do relógio de ponto, comunicação de entrada e saída de funcionários e marcação de férias.

2.2. Departamento de Gestão de Incentivos

O Departamento de Gestão de Incentivos (DGI) é responsável pela divulgação dos sistemas de incentivos e linhas de apoio vigentes na RAA, através de atendimento personalizado no esclarecimento de quaisquer dúvidas e da realização de *workshops* e sessões de esclarecimento.

A CCAH, enquanto organismo avaliador do Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Local, regulado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2012/A, de 20 de fevereiro, criado pelo Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional

dos Açores (SIDER), legislado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2011/A, de 4 de novembro, é responsável por analisar as candidaturas ao referido subsistema de apoio, para os investimentos até 200.000€, sendo da sua competência:

1. Verificar o cumprimento das condições de acesso do projeto;
2. Solicitar os pareceres necessários aos departamentos do Governo Regional competentes;
3. Determinar a pontuação dos projetos;
4. Elaborar a proposta de decisão da candidatura;
5. Comunicar ao promotor do projeto a decisão relativa à candidatura;
6. Reapreciar a candidatura no caso de o promotor apresentar alegações contrárias;
7. Preparar o contrato de concessão de incentivos;
8. Analisar os pedidos de pagamento de incentivos;
9. Emitir parecer relativamente à renegociação dos contratos;
10. Preparar as propostas de encerramento dos processos.

2.3. Departamento Jurídico

Compete ao Departamento Jurídico (DJ) prestar apoio jurídico junto dos associados, pessoalmente, por telefone ou por correio eletrónico, elaborando cartas, circulares informativas, requerimentos, contratos de trabalho, processos disciplinares e respostas a processos administrativos.

Aos associados, com atividade na área da construção civil, o DJ elabora processos de alvará, fazendo atendimento público a empreiteiros, técnicos de obra e empresários.

São também realizadas sessões de esclarecimento aos associados com o objetivo de reforçar o apoio jurídico a estes e mantê-los atualizados relativamente à legislação em vigor.

O DJ presta, igualmente, apoio jurídico à própria CCAH, incluindo os seus órgãos sociais, todos os departamentos, os núcleos empresariais e as comissões setoriais. Deste modo, é o DJ que elabora os contratos de trabalho, outros contratos, os pareceres e os protocolos da CCAH e, para além disto, gere juridicamente os recursos humanos da Associação.

O DJ, para além de fornecer apoio jurídico aos associados e à CCAH, desenvolve procedimentos de contratação pública e presta auxílio nos processos negociais relacionados com a revisão dos contratos coletivos de trabalho, como é o caso da atualização de tabelas salariais.

2.4. Departamento de Formação e Qualidade

A CCAH, enquanto entidade formadora certificada pela Direção Regional do Trabalho, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor (DRTQPDC), desenvolve, por intermédio do Departamento de Formação e Qualidade (DFQ) um plano de formação profissional anual. Este plano inclui cursos e *workshops* privados, financiados pela própria CCAH e cursos e *workshops* co-financiados através de candidaturas feitas pelo próprio departamento ao Programa Operacional do Fundo Social Europeu (FSE) para a RAA (PRO-EMPREGO). Existem ainda cursos e *workshops* co-financiados através de protocolos estabelecidos com outras entidades públicas. Este plano é dirigido, especificamente, aos associados da CCAH, contudo são aceites inscrições de não associados mas a um preço superior. São ainda aceites inscrições de desempregados em ações de formação co-financiadas, gratuitamente no âmbito de um protocolo estabelecido com a DRTQPDC.

Os cursos do plano de formação profissional são elaborados com base no programa “Formação à Medida”, desenvolvido pelo DFQ, onde se tem em conta as necessidades

profissionais que os colaboradores das empresas associadas apresentam e, assim, se presta “*formação à medida da sua empresa*” (*site* CCAH).

Para além da formação profissional, o DFQ promove o emprego, através da gestão de uma bolsa de emprego *online* que tem como objetivo, apoiar a inserção dos candidatos no mercado de trabalho, estabelecendo um elo de ligação com as entidades e divulgando ofertas de emprego e estágios profissionais.

O DFQ tem a seu cargo um programa de recrutamento e seleção de pessoal que, aos potenciais candidatos, analisa os currículos, aplica testes psicotécnicos, realiza entrevistas e, no final, apresenta relatórios de avaliação sobre os mesmos.

O DFQ é responsável pelo programa “Qualsafe”, um programa de higiene, saúde e segurança alimentar, criado em 2010, que tem como objetivo apoiar as empresas participantes na promoção da qualidade e segurança alimentar.

2.5. Departamento de Comunicação e Imagem

O Departamento de Comunicação e Imagem (DCI) é responsável pela angariação de novos associados e pela retenção de associados. Do mesmo modo, é responsável por convidar novos parceiros e promover os atuais.

É o DCI que está encarregue de divulgar as atividades desenvolvidas pela CCAH, através dos meios de comunicação locais (rádios, jornais, televisão e *internet*). Para além disto, o DCI mantém os associados e colaboradores da CCAH informados sobre a atualidade fazendo diariamente o *clipping* das notícias com maior impacto para a RAA e para a própria CCAH. Por último, outra forma de manter os associados atualizados é através da elaboração de circulares informativas que são enviadas aos associados e inseridas no *site* da CCAH.

O DCI disponibiliza às empresas associadas o acesso a uma base de dados com toda a informação sobre os associados da CCAH para, assim, facilitar as trocas e aumentar as oportunidades comerciais entre as empresas associadas.

O DCI é responsável por manter uma comunicação eficaz com a comunicação social, elaborando os *press releases* e promovendo conferências de imprensa e as respetivas entrevistas.

Para a CCAH perceber qual o impacto das suas iniciativas, o DCI é responsável por realizar inquéritos aos seus associados de modo a obter a opinião destes relativamente às atividades promovidas pela CCAH. Estes inquéritos podem, também, ter como objetivo avaliar a reação do tecido empresarial açoriano face a novos problemas na região.

A Associação promove uma série de projetos com o objetivo de reforçar a competitividade das empresas e a ligação entre a Instituição, os associados e o público em geral. A maior parte desses projetos é da competência do DCI e incluem parcerias, certames, congressos, exposições, seminários, feiras, missões, campanhas, sessões de esclarecimento, etc. Na elaboração de todos os seus projetos, o DCI tem sempre presente o desenvolvimento de uma imagem única e adaptável a todas as campanhas que envolvam o comércio, a indústria e os serviços.

2.6. Núcleos empresariais

A CCAH, tendo em conta o n.º 2 do artigo 25º dos seus Estatutos, constituiu núcleos empresariais nas ilhas de São Jorge e Graciosa. Estes núcleos englobam os associados que exerçam a sua atividade em cada uma das referidas ilhas, e que aí têm domicílio, sede ou representação permanente.

Os núcleos empresariais, de acordo com o Relatório de Atividades & Contas 2013, têm como princípio geral formular e defender os interesses específicos dos empresários das ilhas de São Jorge e da Graciosa, integrando-os nos objetivos globais da CCAH.

Os núcleos empresariais fazem atendimento aos associados das ilhas em que o núcleo se encontra. Para além disto, desenvolvem trabalho transversal a todos os departamentos da CCAH, por exemplo, trabalho administrativo, angariação e receção de inscrições em feiras/eventos e formações das empresas das ilhas que representam e, também, são responsáveis pelo *clipping* diário de algumas notícias com maior interesse sobre as ilhas de São Jorge e Graciosa. No que toca aos serviços do DJ e do DGI, estes são reencaminhados para a sede da Associação.

CAPITULO III – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O trabalho a desenvolver durante o estágio estimulou o desenvolvimento de competências, tendo sempre em conta a aplicação dos conceitos teóricos aprendidos ao longo do percurso académico.

De uma forma resumida, as atividades desenvolvidas durante o estágio abrangeram a contabilidade da CCIA, da AGESPI e da própria CCAH, a preparação e acompanhamento de diversos pedidos de pagamento no âmbito de candidaturas comunitárias ao PROCOVERGÊNCIA e ao SIDER, a colaboração na elaboração do plano de recuperação da dívida dos associados, a análise ao consumo da Instituição, a elaboração de uma proposta de alteração do regime de quotas da CCAH, o preenchimento do Relatório Único e a participação no Encontro Empresarial.

A formação em contexto de trabalho, com a duração total de oito meses, decorreu no Departamento Administrativo e Financeiro da CCAH.

3.1. Contabilidade

Tal como mencionado no ponto 2.1. do presente relatório, a CCAH é responsável pela contabilidade da própria Associação, pela contabilidade da CCIA e pela contabilidade da AGESPI.

Durante a realização do estágio tive oportunidade de ter contacto com a contabilidade das três associações mencionadas no parágrafo anterior. Desta forma, descreverei as tarefas que realizei associadas à contabilidade de cada uma das associações empresariais.

3.1.1. Contabilidade da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo

A CCAH possui dois planos de contas, o plano de contas financeiro, constituído por todas as contas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), e o plano de contas da analítica, composto pelas classes enumeradas na Tabela 4. Este último plano foi criado pela própria CCAH para que seja possível imputar os custos e proveitos aos projetos ou secções da Câmara do Comércio responsáveis pelos mesmos.

Tabela 4. Plano de contas da analítica da CCAH

Conta/Classe	Designação	Conta/Classe	Designação
91	CCAHA	93	PROTOCOLOS
9111	Sede - Angra do Heroísmo	(...)	(...)
91111	CCAHA - Geral	9306	DREQP - Divulgação Apoios Emprego
91112	DAF	(...)	(...)
91113	DGI		
91114	DJ	97	Formação Financiada - PROEMPREGO
91115	DCI	(...)	(...)
91116	DFQ		
91117	SG	98	Formação Privada
9112	Núcleo S. Jorge	98001	Formação Privada e Workshop's - Ano 2013
9113	Núcleo Graciosa	(...)	(...)
		98003	Fomação à Medida
92	PROJETOS	98004	Formação E-Learning
(...)	(...)	98005	Serviço de Consultoria em Gestão
9214	PROCONVERGÊNCIA		
92140	Req. Imagem PME Açores	99	Mapa Fluxos Tesouraria Variação
(...)	(...)	(...)	(...)
92144	Bolsa de Emprego		
92145	Recrutamento e Seleção		
92146	Revitalização do Comércio Tradicional		
(...)	(...)		
92149	Promoção Produtos Regionais		
92150	Associativismo Empresarial		
92151	Recuperação e Reestruturação Empresarial		
92152	Feiras Multisetoriais		

Fonte: SIGA CCAH

As classes 91 e 98 são classes não participadas, isto é, todos os custos imputados a estas classes são compensados com as receitas obtidas pelos serviços prestados por iniciativa da CCAH, com exceção da conta 91113 – DGI, que abrange o

protocolo estabelecido com o SIDER, que financia a atividade deste departamento. No que toca às contas 92, 93 e 97 os seus custos são comparticipados financeiramente, através de candidaturas a programas e protocolos de apoio comunitário.

Aquando da receção de documentos, o funcionário responsável pelo atendimento/receção procede à introdução dos referidos documentos no SIGA (Sistema Integrado de Gestão e Administração) e, após esta entrada, envia-os, via Gestão Documental (GD) do SIGA, ao responsável do DAF pela contabilização e arquivo (físico) dos documentos. O SIGA é o *software* utilizado pela CCAH para organizar e gerir a sua atividade, abrangendo várias áreas, como a gestão de associados, a contabilidade, a faturação, a gestão dos recursos humanos, a criação de documentos (por exemplo ofícios), a gestão de inventários entre outras áreas de gestão.

Após receber os documentos, o funcionário do DAF responsável pela sua contabilização, faz uma pré-seleção dos mesmos, de acordo com o departamento que realizou o custo ou ganho. Finalizada a pré-seleção, o funcionário envia, via GD, os documentos para o departamento que selecionou. Nesta última secção é feita a conferência dos documentos enviados e indica-se, se for caso disso, o projeto ou secção da CCAH onde será imputado o custo/proveito.

Devolvidos os documentos, devidamente conferidos, procede-se ao seu arquivo e à sua contabilização.

Os documentos contabilísticos da CCAH são organizados segundo os diários presentes na Tabela 5 e arquivados em *dossier's*, à medida que são conferidos.

Tabela 5. Organização dos documentos contabilísticos da CCAH

DIÁRIOS			
Nº	Designação	Nº	Designação
1	Faturas de Bens e Serviços	17	Pagamentos por Transf. Bancária
2	Pagamentos por Cheques	18	Caixa
3	Recibos de Clientes	19	Subsídios
4	Bancos	20	Imobilizado
6	Diversos	21	Faturas Simplificadas
10	Faturas Quotas	22	Recibos Parciais
13	Notas de Crédito	23	Débitos Diretos
14	Faturas de Serviços	66	Amortizações do Exercício

Fonte: Arquivo DAF

Durante o estágio, esteve a meu cargo a contabilização de apenas seis diários, sendo os outros responsabilidade dos restantes funcionários do DAF. Desta forma, os diários da minha responsabilidade foram: o Diário Um – Faturas de Bens e Serviços, que inclui as faturas referentes às compras de bens e serviços; o Diário Dois – Pagamentos por Cheque, que compreende todos os pagamentos realizados por cheque; o Diário Quatro – Bancos, que abrange todos os documentos do banco, como amortizações de empréstimos, liquidações, reformas e descontos de livranças, juros, comissões, transferências entre contas, etc; o Diário Dezassete – Pagamentos por Transferências Bancárias, que compreende todos os pagamentos realizados por transferência bancária; o Diário Dezoito – Caixa, onde se encontram todos os movimentos feitos pelo caixa; e, por último, o Diário 19 – Subsídios, que abrange todos subsídios a que a CCAH se candidata.

Os documentos contabilísticos são lançados na secção “Contabilidade” do *software* SIGA. O seu lançamento inicia-se com a indicação do diário e da data em que o documento foi emitido. Após estas indicações coloca-se a conta a debitar e a conta da analítica correspondente, seguidas da descrição (identificação do produto ou serviço ou

nome do fornecedor), número e valor do documento, colocando-se por último a conta a creditar. Aquando da contabilização de qualquer documento tem-se sempre em conta que a totalidade de débitos deve ser igual à totalidade de créditos.

A CCAH, como Associação sem fins lucrativos e com reconhecimento de interesse público, apresenta prestação de serviços isenta de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), conforme o disposto no artigo 9º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA). As prestações de serviços que se encontram nesta situação, tendo em conta o artigo referido, são a quotização, de acordo o n.º 19, a formação e todas as iniciativas da CCAH abrangidas pelo n.º 14, a renda paga pela Associação Regional do Turismo (ART), tendo em conta o n.º 29 e os gastos imputados à CCIA, seguindo o disposto no n.º 21.

Como Associação Empresarial, toda a atividade da CCAH é essencialmente financiada por subsídios do Governo, aos quais se candidata, nomeadamente, subsídios ao investimento e subsídios à exploração. Sendo estes essenciais para a continuidade da atividade da CCAH, torna-se relevante descrever, de forma resumida, como são contabilizados os subsídios.

Na contabilidade da CCAH, tendo em conta o parágrafo oito da Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) 22 – Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo, os subsídios que financiam a atividade e os ativos da CCAH, são reconhecidos quando há certeza de que serão cumpridas, por parte da Associação, as condições do contrato, e de que a entidade irá receber o subsídio.

Os subsídios ao investimento são aqueles que financiam os investimentos da CCAH. Na contabilidade são reconhecidos, de acordo com o parágrafo doze, alínea a), da NCRF 22, *“nos Capitais Próprios e, subsequentemente (...) imputados numa base*

sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem”. Desta forma, aquando da celebração do contrato com a entidade financiadora, o subsídio é contabilizado no capital próprio da Associação, creditando-se a conta 593 - Outras variações no capital próprio (subsídios), pelo valor do subsídio atribuído, por contrapartida da conta 278 – Outros devedores e credores. Posteriormente, à medida que se vai recebendo o subsídio, lança-se esse recebimento, colocando-se a conta 278 a creditar e a conta 12 - Depósitos à ordem a debitar. No final de cada ano, deve-se contabilizar o valor amortizado ao longo do exercício, colocando a debitar a conta 64 - Gastos de depreciação e de amortização, tendo em conta o tipo de investimento, e a creditar a conta das amortizações acumuladas, caso se trate de um investimento em Ativos Fixos Tangíveis será a conta 438, caso o investimento seja num Ativo Intangível, debitar-se-á a conta 448. Ainda no final do ano, e tendo em conta a percentagem de subsídio recebido, deve-se fazer a seguinte contabilização, debitar a conta 593 pelo produto do valor da amortização pela percentagem de subsídio recebido, por contrapartida da conta 7883 – Imputação de subsídios para investimentos.

Os subsídios à exploração servem para financiar os gastos provenientes da exploração/atividade da entidade. Estes subsídios são reconhecidos como rendimentos a reconhecer durante o período em que se gera gastos, desta forma, deve-se, inicialmente, creditar a conta 282 – Rendimentos a reconhecer, pelo valor do subsídio associado, por contrapartida da conta 278. À medida que se gera despesas, lançadas no diário um, são submetidos pedidos de pagamento dessas despesas, junto dos respetivos organismos gestores dos fundos comunitários ou das entidades protocoladas, de modo a que a CCAH receba o devido reembolso para fazer face a essas despesas, correspondente à taxa de comparticipação aprovada. Esses recebimentos são lançados da mesma forma

que os recebimentos dos subsídios ao investimento. No final do ano e, tendo em conta a percentagem de subsídio recebido, deve-se debitar a conta 282 pelo produto do valor total dos gastos pela percentagem de subsídio recebido, por contrapartida da conta 75 – Subsídios à exploração.

Periodicamente é feita a reconciliação bancária. Na Câmara do Comércio, para se proceder à reconciliação bancária, é necessário, *à priori*, inserir os extratos bancários no SIGA, à medida que chegam. Após o funcionário responsável por introduzir os referidos extratos realizar a tarefa, é possível iniciar-se a reconciliação bancária. A reconciliação bancária realiza-se na secção “*Contabilidade – Movimentos – Conciliações Bancárias*”, onde aparece uma janela com dois quadros, o da direita é constituído por todos os movimentos contabilísticos lançados na conta 12, e o da esquerda é composto pelos movimentos presentes no extrato bancário introduzido. Após a visualização destes dois quadros, começa-se a picar os movimentos do extrato bancário que correspondem aos movimentos da contabilidade, de modo a verificar-se a conformidade dos lançamentos na contabilidade.

Trimestralmente, após a reconciliação bancária do trimestre finalizada com sucesso, o DAF elabora o relatório financeiro trimestral, ou seja, o relatório e contas intercalar apresentado em reunião de Direção.

De uma forma geral, a estrutura do relatório financeiro trimestral tem como base apresentar a Demonstração de Resultados Intercalar (DRI), seguida da descrição dos rendimentos e ganhos que a caracterizam e mostrar a análise ao mapa de tesouraria líquida obtido, através do balanço funcional.

As Demonstrações Financeiras (DF) do relatório e contas são preenchidas com os dados do trimestre do ano corrente e com os dados (após o fecho) do mesmo trimestre

do ano anterior. Com isto, pretende-se verificar qual a variação ocorrida nas várias rubricas de um ano para o outro, tendo em conta igual período de tempo.

Para se preencher as DF do relatório e contas são necessários dois balancetes diferentes, o balancete que cruza as contas financeiras (SNC) com as contas da analítica (plano de contas da analítica) e o balancete com apenas as contas financeiras. Estes dois balancetes são retirados do SIGA da secção “*Contabilidade – Mapas*”.

Nos relatórios que compreenderam o terceiro trimestre de 2013 e o primeiro trimestre de 2014, foi da minha responsabilidade elaborar o balanço contabilístico e o balanço funcional, para posteriormente interpretar e explicar os resultados do mapa de tesouraria líquida, aplicando a teoria estudada durante o percurso académico, nomeadamente nas disciplinas financeiras e de contabilidade.

Para além da análise ao mapa de tesouraria líquida, colaborei no preenchimento da DRI por atividades. Do mesmo modo que se elabora uma DRI geral, semelhante às demonstrações de resultados estudadas durante o percurso académico, o DAF, utilizando o balancete, que cruza as contas financeiras com as contas da analítica, realiza uma DRI para cada projeto e para cada secção da CCAH.

Na Tabela 6 apresenta-se, de uma forma resumida, a estrutura da DRI por atividades da CCAH.

Tabela 6. Estrutura base da DRI por atividades da CCAH

Demonstração de Resultados Intercalar por Atividades	CCAHA - Geral	DAF	(...)	Núcleo São Jorge	Prom. Prod. Regionais	(...)	Associati vismo Emp.	TOTAL
GASTOS								
62 - FSE								
63 - Gastos com Pessoal								
64 - Gastos com Dep. e Amort.								
65 - Perdas por Imparidade								
68 - Outros Gastos e Perdas								
69 - Gastos e Perdas de Financiamento								
RENDIMENTOS								
72 - Quotização/Prestação de Serviços								
75 - Subsídios à Exploração								
76 - Reversões								
78 - Outros Rendimentos e Ganhos								
79 - Juros, Divid. e Outros Rend. Similares								
Resultado Líquido								

Fonte: DAF

O resultado líquido da DRI por atividades deve ser igual ao resultado líquido da DRI geral, havendo assim, uma forma de confirmar se o resultado líquido da DRI geral está correto. Esta DRI adicional, por ser muito extensa, não é apresentada no relatório, elaborando-se então um quadro resumo, com os vários projetos em linha e, em coluna, os gastos que cada projeto teve, os subsídios de exploração afetos ao projeto e as taxas de participação financeira de cada projeto. A taxa de participação financeira é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Taxa de Participação Fin. do Projeto} = \frac{\text{Gastos do Projeto}}{\text{Subsídio à Exploração Afeto ao Projeto}}$$

O referido quadro tem como objetivo analisar a taxa de participação financeira afeta a cada projeto, de acordo com o gasto que acarretou e o valor do subsídio à exploração atribuído.

Ainda na elaboração do relatório financeiro trimestral, tive como tarefa calcular rácios financeiros e de funcionamento que auxiliassem a análise financeira do trimestre.

3.1.2. Contabilidade da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores

A CCIA também possui os mesmos dois planos de contas que a CCAH. Acontece que o plano de contas de analítica é ligeiramente diferente, dado que a CCIA apresenta menor volume de atividade e candidata-se a projetos diferentes. Desta forma, o plano de contas da analítica da CCIA é constituído pelas classes espelhadas na Tabela 7.

Tabela 7. Plano de contas da analítica da CCIA

Conta/Classe	Designação	Conta/Classe	Designação
91	CCIA	96	Fóruns Empresariais
9111	Sede - CCIA	9611	Fórum São Miguel 2011
		9612	Fórum Graciosa 2012
92	PROTOCOLO CENTRO DE DIST.	9613	Fórum Horta 2013
(...)	(...)		
93	PROJETOS/PROTOCOLOS	97	PROJETO REVIT_COMÉRCIO
9311	Carta Magna	9711	Revit_Comércio CCAH
9321	Comércio_13	9712	Revit_Comércio CCIPD
93211	Comércio_13 CCAH	9713	Revit_Comércio CCIH
93212	Comércio_13 CCIPD		
93213	Comércio_13 CCIPH	98	FEIRAS EXTERIORES 2012
		(...)	(...)
94	PROGRAMA MAC	99	MAPA FLUXOS TESOURARIA
(...)	(...)		
95	FEIRAS E MISSÕES		
951	Feiras e Missões 2013		
952	Feiras e Missões 2014		

Fonte: SIGA CCIA

No que toca à receção e à conferência dos documentos, o processo é semelhante ao da CCAH, com exceção dos documentos que chegam das Câmaras do Comércio e Indústria de Ponta Delgada e da Horta. Nestes casos, os documentos já chegam conferidos pelas entidades responsáveis.

Os documentos contabilísticos da CCIA são organizados de acordo com os diários enumerados na Tabela 8 e arquivados em *dossier's*.

Tabela 8. Organização dos documentos contabilísticos da CCIA

DIÁRIOS			
Nº	Designação	Nº	Designação
1	Bens e Serviços	10	Faturas
2	Pagamentos	13	Notas de Crédito
3	Recebimentos de Clientes / Cobrança a Clientes	15	Transferências Bancárias
4	Bancos	17	Subsídios
5	Fecho do Ano	99	Abertura

Fonte: Arquivo DAF

Relativamente à contabilidade da CCIA, tive a meu cargo o lançamento de apenas dois diários: o Diário Um – Bens e Serviços; e o Diário Dois – Pagamentos, que na sua maioria são por cheque.

O SIGA é também o *software* utilizado para a contabilidade da CCIA, sendo o processo de contabilização dos documentos igual ao da CCAH. No que toca à isenção de IVA, conforme o disposto no artigo 9º do CIVA, as prestações de serviços da CCIA que se encontram isentas deste imposto, são a quotização, de acordo o n.º 19, e todos os eventos realizados pela CCIA abrangidos pelo n.º 14.

Trimestralmente é elaborado, também, o relatório financeiro trimestral que é, posteriormente, apresentado em reunião de Direção. Este relatório é em tudo semelhante ao da CCAH.

3.1.3. Contabilidade da Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira

A AGESPI, de acordo com o artigo 3º dos seus Estatutos, é a Associação Empresarial responsável por promover e desenvolver o Parque Industrial da Ilha Terceira, contribuindo para o seu desenvolvimento industrial e tecnológico. É uma

associação com pequenas dimensões e reduzida atividade, sendo constituída por apenas três funcionários.

No início de cada mês, é entregue no DAF, por um funcionário da AGESPI, os documentos a contabilizar do mês anterior. Ao fim de três meses, ou seja, quando se tem os documentos referentes a um trimestre, procede-se ao seu arquivo e contabilização. A contabilidade desta Associação é feita trimestralmente dada a reduzida atividade que apresenta.

A contabilidade da AGESPI, no terceiro trimestre de 2013 e no primeiro trimestre de 2014, foi totalmente da minha responsabilidade, desde a organização e arquivo dos documentos até à elaboração do relatório financeiro trimestral.

Os documentos contabilísticos da AGESPI estão organizados segundo os diários apresentados na Tabela 9.

Tabela 9. Organização dos documentos contabilísticos da AGESPI

DIÁRIOS			
Nº	Designação	Nº	Designação
10	Abertura	16	Subsídios
11	Bancos	17	Amortizações
12	Bens e Serviços	18	EOEP
13	Imobilizado	62	Apuramento de IVA
14	Prestação de Serviços	72	Apuramento de Resultados
15	Processamento de Salários		

Fonte: Arquivo DAF

Os diários em que houve atividade, e que foram contabilizados nos trimestres supracitados foram o Diário Onze – Bancos, onde se encontram os extratos bancários e notas de lançamento de operações bancárias, o Diário Doze – Bens e Serviços, que abrange as faturas de compras de bens e serviços e os pagamentos das mesmas, o Diário

Catorze – Prestação de Serviços, que inclui as faturas e os recibos emitidos aos clientes, o Diário Quinze – Processamento de Salários, diário onde se contabiliza os salários dos funcionários da AGESPI e, por último, o Diário Dezoito – Estado e Outros Entes Públicos (EOEP), onde se pode encontrar os pagamentos ao Estado.

Para a contabilidade da AGESPI é utilizado o programa informático PRIMAVERA PROFISSIONAL (ou simplesmente PRIMAVERA), um programa específico para contabilidade, ao contrário do SIGA.

No PRIMAVERA o lançamento dos documentos contabilísticos é feito na secção “*Contabilidade - Movimentos*”. A contabilização de um documento começa com a indicação do diário e do tipo de documento (por exemplo no Diário 12, se pretende-se lançar uma fatura coloca-se o número 121 para o tipo de documento, se pretende-se lançar o pagamento aplica-se o número 122), depois insere-se a data, no caso da AGESPI, mete-se sempre o último dia do mês em que o documento foi emitido e, por último, coloca-se a descrição do documento (número do documento e o nome da empresa ou tipo de despesa). Após estas indicações, dever-se-á inserir a conta a debitar, seguida do valor do documento e da conta a creditar, tendo-se sempre em conta que o total de débitos deverá igual ao total de créditos. No que toca à contabilização do IVA, a AGESPI não é isenta de IVA nos serviços prestados.

Lançados todos os documentos contabilísticos do trimestre, procede-se à reconciliação bancária. No PRIMAVERA deve-se imprimir, na secção “*Contabilidade – Extratos*”, um extrato da conta 12, de cada banco utilizado pela AGESPI, este extrato deve ser referente ao trimestre contabilizado. Após esta impressão, tira-se uma cópia do extrato bancário, que está arquivado no diário onze, e começa-se a picagem dos movimentos, de forma a apurar e explicar, se for caso disso, possíveis diferenças entre o saldo credor bancário e o saldo devedor contabilístico.

Quando terminada a reconciliação bancária e conferidos todos os movimentos, elabora-se o relatório financeiro trimestral que, quando finalizado, é enviado ao gerente da AGESPI.

Para se preencher as DF é necessário, imprimir do PRIMAVERA, na secção “*Contabilidade – Exploração – Extratos*”, os balancetes finais dos dois anos em análise, à data do último dia do trimestre. Para além dos balancetes, é necessário preencher-se o mapa de depreciações e amortizações do ano, criado pela CCAH com o objetivo de resumir informação sobre a depreciação e amortização dos ativos ao longo dos anos.

Obtida toda a informação, procede-se ao preenchimento das DF e, posteriormente, desenvolve-se o relatório financeiro trimestral que, em termos de estrutura, é muito semelhante ao relatório da CCAH.

3.2. Execução Financeira das Candidaturas Comunitárias ao Programa Operacional dos Açores para a Convergência

O PROCONVERGÊNCIA, de acordo com informação constante no seu *site*, é um programa operacional participado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), que pretende apoiar o desenvolvimento das áreas abrangidas pelos seus eixos prioritários de atuação. Na RAA a execução deste programa foi preparada pelo Governo Regional dos Açores.

Quando as associações, tanto a CCAH como a CCIA, tomam a iniciativa de desenvolver algum projeto que se insira nos eixos de atuação definidos para o PROCONVERGÊNCIA, é apresentada uma candidatura com o objetivo de se ter acesso ao co-financiamento no âmbito do PROCONVERGÊNCIA e, assim se desenvolver o projeto idealizado.

Atualmente, as candidaturas comunitárias das duas associações inserem-se no Eixo 7 - Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores que, de acordo com a Proposta de Reprogramação do PROCONVERGÊNCIA, aprovada a 17 de julho de 2012 e divulgada no *site* do PROCONVERGÊNCIA, a taxa de co-financiamento aplicada, aos projetos abrangidos por este eixo, é de 85%.

Aprovada a candidatura, passa-se de seguida à realização do projeto e, conseqüentemente, à sua execução financeira, ou seja, ao controlo dos gastos de acordo com o fundo que a Associação irá receber. O departamento que é responsável por esta execução financeira é o DAF, tal como referido no ponto 2.1. deste relatório.

3.2.1. Elaboração de Pedidos de Pagamento

No final de cada evento, promovido por um projeto que foi apresentado numa candidatura comunitária, o DAF reúne toda a documentação referente à despesa que o evento acarretou, incluindo a sua organização e realização. Reunida toda a documentação, começa-se a preparar o pedido de pagamento.

Após se reunir todos os documentos de despesa, são verificados os extratos, retirados do SIGA, da secção “*Contabilidade – Contas Correntes*”, das contas correntes dos fornecedores que prestaram serviços para o evento realizado. Esta verificação tem como objetivo ver quais as despesas que já foram pagas ou as que ainda estão por pagar.

Após a verificação mencionada no parágrafo anterior é possível aferir-se sobre a tipologia de pedido de pagamento que deve ser submetido ao PROCONVERGÊNCIA, nomeadamente do tipo reembolso, para as despesas já pagas e do tipo contra-fatura, para as despesas que se encontram por liquidar. Posteriormente, após se receber a participação do pedido de pagamento do tipo contra-fatura, deve-se realizar um pedido de pagamento do tipo contra-fatura quitada.

Os pedidos de pagamento do tipo reembolso são pedidos que servem para reembolsar as despesas que já foram pagas. Desta forma, para se obter esse reembolso, os documentos comprovativos da despesa necessários são, cópia da fatura do fornecedor (o original deve estar carimbado com o carimbo do PROCONVERGÊNCIA, como forma de comprovar que esta despesa será co-financiada pelo programa) e impressão do extrato da analítica do projeto, ou seja, o extrato que cruza a conta da analítica do projeto com as contas financeiras. Este extrato evidencia que as despesas inseridas no pedido de pagamento estão imputadas no projeto co-financiado pelo PROCONVERGÊNCIA. Obtém-se, o referido extrato, no SIGA, na secção “*Contabilidade – Movimentos – Contas Correntes*”, selecionando-se a opção “*analítica com contas da financeira*”. Tratando-se de um pedido de reembolso, são necessários os documentos que comprovam a quitação da despesa, nomeadamente, cópia do recibo de como a Associação pagou a despesa, cópia do documento de pagamento (a maioria são cheques) e cópia do extrato bancário que comprove o pagamento. São utilizadas cópias, pois os originais devem permanecer sempre nos *dossier's* da contabilidade, caso a CCAH seja alvo de alguma vistoria.

O salário do pessoal afeto ao projeto é também co-financiado pelo PROCONVERGÊNCIA, através de pedidos de pagamento do tipo reembolso. Neste caso, os documentos comprovativos de despesa necessários são, cópia do recibo de vencimento (carimbado com a chancela do PROCONVERGÊNCIA) e a impressão do extrato da analítica do projeto. No que toca aos documentos de quitação dos salários, é necessária a cópia da nota de lançamento do banco e extrato bancário referente à transferência bancária dos salários e a cópia do pagamento, incluindo a declaração, o cheque, e o extrato bancário da Taxa Social Única (TSU) e do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS).

Ainda, no caso dos salários, de acordo com a Orientação n.º1/2008 do PROCONVERGÊNCIA, publicada no *site* de referido programa operacional, apenas 50% do salário do pessoal do quadro da Associação é compartilhado pelo programa. Somente o salário do pessoal contratado especificamente para o projeto é que é compartilhado a 100%. É de referir que a taxa de participação de 85% do FEDER recai pelos valores já avaliados pelas taxas referidas anteriormente.

Os pedidos de pagamento do tipo contra-fatura são submetidos com o objetivo de se obter o fundo comunitário que servirá para pagar as despesas inseridas no pedido. Neste tipo de pedido são apenas necessários os documentos comprovativos da despesa.

Por último, os pedidos de pagamento do tipo contra-fatura quitada, são os pedidos que servem para comprovar o pagamento das despesas submetidas no pedido de contra-fatura. Desta forma, são apenas necessários os documentos comprovativos da quitação da despesa.

Com todos os documentos preparados e divididos por fornecedor, deve-se digitalizá-los e guardá-los na pasta de arquivo do computador referente ao projeto a que se vai submeter o pedido de pagamento. A fatura, o extrato da analítica e o recibo devem ser digitalizados separadamente, o cheque deve ser digitalizado juntamente com o extrato bancário.

De seguida, procede-se à introdução do pedido de pagamento na plataforma *online* SIPOP. Esta plataforma é o sistema de informação do PROCONVERGÊNCIA, é aqui que devem ser introduzidos todos os pedidos de pagamento para que o PROCONVERGÊNCIA tome conhecimento das despesas efetuadas e proceda ao pagamento do fundo.

O SIPOP é uma plataforma de acesso restrito sendo necessário o registo, por parte da Associação, no *site*, através da requisição de um utilizador e de uma palavra passe.

Após se aceder ao utilizador criado para a Associação, na secção “*Pedido de Pagamento – Solicitar*”, deve-se seleccionar o projeto a que corresponde o evento e cria-se um novo pedido de pagamento com um número associado. Seleciona-se o pedido criado e insere-se as despesas linha a linha.

Após se introduzir todas as despesas, submete-se o pedido e imprime-se a folha de rosto do pedido, designada como “*Listagem Pedidos de Pagamento*”. É criado um *dossier* para o projeto dividido pelos vários pedidos de pagamento. A folha imprimida é arquivada no separador criado para o pedido submetido, juntamente com as cópias dos documentos introduzidos no SIPOP.

3.2.2. Picagem dos Pedidos de Pagamento

Quando está submetido um elevado número de pedidos de pagamento, deve-se proceder à picagem dos pedidos, isto é, picar o que foi submetido no SIPOP com o que está na contabilidade, de forma a apurar o que está lançado na contabilidade e que ainda não foi submetido para assim, realizar-se mais um pedido de pagamento com as despesas que faltam submeter.

Para se proceder à picagem, imprime-se o extrato da analítica do projeto e cria-se um ficheiro de Excel em que, na primeira folha, prepara-se uma tabela, onde deve constar os números dos vários pedidos de pagamento com a despesa submetida por cada um, o valor que falta submeter e o valor total (soma do valor submetido nos pedidos de pagamento com o valor por submeter), de modo que, no final da picagem, o valor total coincida com o saldo do projeto referido no extrato da analítica, retirado da contabilidade. As folhas seguintes correspondem cada uma a um pedido de pagamento, para as preencher deve-se “*copiar*” e “*colar*” a listagem do pedido de pagamento, obtida no SIPOP, no separador “*Listagens – Pedidos*”.

Após se ter o pedido de pagamento em Excel, realiza-se a picagem do pedido, ou seja, pica-se as despesas inseridas no pedido com as despesas correspondentes lançadas na contabilidade.

No final da picagem, as despesas do extrato da analítica que não se encontram picadas, são as que ainda estão por submeter. Deve-se então somar o valor das despesas que se encontram por submeter e colocar esse valor na tabela construída, verificando-se se o total da tabela é igual ao saldo do projeto no extrato. Caso o total da tabela coincida com o saldo do extrato da analítica, tem-se a certeza que o valor a submeter está correto e, desta forma, deve-se proceder à realização de mais um pedido de pagamento com as despesas que se encontram por submeter.

3.3. Execução Financeira do Protocolo com o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores

A CCAH estabeleceu um protocolo com o SIDER com o objetivo de obter financiamento para a atividade do DGI, dado este ser responsável por analisar as candidaturas ao Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Local, no âmbito do SIDER, tal como referido no ponto 2.2 deste relatório.

O fundo obtido através do SIDER financia parte dos gastos gerais de funcionamento e os salários e devidos encargos sociais dos funcionários afetos ao DGI.

Para se obter o fundo é necessário proceder à realização de pedidos de pagamento, tal como acontece com os fundos dos PROCONVERGÊNCIA. Sendo o DAF, também, responsável pela realização destes pedidos de pagamento.

No caso do protocolo com o SIDER, existe apenas dois tipos de pedidos de pagamento, um submete as despesas com gastos gerais de funcionamento e o outro submete os salários pagos aos funcionários do DGI.

Os pedidos de pagamento que contém as despesas com gastos gerais de funcionamento devem ser realizados quando há um elevado número dessas despesas. Neste tipo de pedido, constam apenas as despesas já pagas, sendo necessário, *à priori*, consultar o extrato da analítica das despesas imputadas ao DGI e verificar quais as que já foram pagas e as que ainda estão por pagar. Após se apurar as despesas já pagas, deve-se tirar duas cópias dos documentos referentes a essas despesas, nomeadamente, das faturas (carimbadas), dos recibos, dos cheques e dos extratos bancários.

Após se processar os salários dos trabalhadores do DGI, é possível preparar-se o pedido de pagamento de reembolso dos salários e devidos encargos sociais. Para um pedido deste género são necessárias, duas cópias do recibo de vencimento do funcionário, duas cópias da nota de lançamento do banco e do extrato bancário referente à transferência bancária dos salários, e duas cópias do pagamento, incluindo a declaração (carimbada), o cheque, e o extrato bancário, da TSU e do IRS.

Reunidos todos os documentos necessários para o pedido de pagamento, preenche-se uma listagem em Excel, onde devem constar, discriminadas, todas as despesas submetidas no pedido. Terminada esta listagem, tira-se uma cópia e, coloca-se cada listagem junto das cópias dos documentos de despesa, que já devem estar separadas.

Pronto o pedido de pagamento, uma das cópias dos documentos deve ser arquivada no *dossier* do protocolo do SIDER, no separador criado para o pedido de pagamento elaborado. A outra cópia dos documentos é enviada por correio para a Direção Regional de Apoio ao Investimento e Competitividade (DRAIC), em Ponta Delgada, juntamente com um ofício, criado no SIGA, na secção “*Criação de Documentos*”, a explicar a finalidade dos documentos em anexo. É tirada uma cópia deste ofício, que é arquivada juntamente com as outras cópias no *dossier* do protocolo do SIDER.

É na DRAIC que o pedido é submetido, ficando a CCAH a aguardar o recebimento do subsídio.

No final de cada ano, procede-se à picagem dos pedidos de pagamento, elaborados durante o ano, com o objetivo de averiguar quais as despesas que estão por submeter. Esta picagem é feita, picando os valores do extrato da analítica das despesas imputadas ao DGI com os valores correspondentes nas listagens, elaboradas em Excel e enviadas para a DRAIC. Caso exista despesas por submeter, procede-se a elaboração de mais um pedido de pagamento.

3.4. Colaboração na Elaboração do Plano de Recuperação da Dívida dos Associados

No final do ano de 2013, com o intuito de aplicar a partir do ano de 2014, a CCAH desenvolveu o plano de recuperação da dívida dos associados, dado o elevado volume de dívidas destes à Associação. Este plano tem como principal objetivo definir os procedimentos internos de recuperação da dívida dos associados à CCAH.

O elevado valor em dívida dos sócios é, possivelmente, explicado pela crise económica e financeira que atravessa Portugal há já alguns anos, e que tem afetado, em muito, as empresas da RAA, levando-as a contraírem dívidas. Desta forma, a CCAH comprometeu-se a desenvolver este plano de uma forma coerente com as dificuldades económicas e financeiras com que alguns dos seus associados deparam-se, permitindo a estes solver a sua dívida sem grande esforço e dificuldade, enquanto que, a Associação tem a possibilidade de cumprir com o seu plano de recuperação de dívidas.

O referido plano é estruturado em três pontos essenciais. Inicialmente são definidos os procedimentos internos de cobrança dos serviços prestados aos associados em geral. Num segundo ponto, são criados procedimentos internos de cobrança de dívidas a

associados que se encontram em situação económica e financeira difícil. Por último, são explicados os procedimentos internos de cobrança de dívida aos sócios que se apresentam em situação de desistência de associado.

O plano de recuperação da dívida dos associados da CCAH foi elaborado pela Diretora do DAF com a minha colaboração, ficando a meu cargo desenvolver o segundo ponto do plano, ou seja, definir os procedimentos internos de cobrança de dívidas dos associados que se encontram nas seguintes situações:

1. Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial (SIREVE);
2. Processo Especial de Revitalização (PER);
3. Processo de Insolvência;
4. Encerramento de atividade, trespasse, cedência de propriedade, venda do estabelecimento, outras situações semelhantes.

No decorrer da elaboração do plano, apesar da divisão de tarefas entre mim e a Diretora do DAF, sempre existiu comunicação e colaboração entre nós aquando da necessidade de revisão do plano, nomeadamente na troca de opiniões e na tomada de decisões.

Na definição dos procedimentos internos de cobrança para os associados que se encontram em situações de SIREVE, PER e Processo de Insolvência foi necessário, *à priori*, consultar legislação apropriada, nomeadamente, o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE). Para além do CIRE, foram consultados *sites* que auxiliaram a definição dos referidos procedimentos, designadamente, o portal do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI) e o Portal de Reestruturação, Recuperação, e Insolvência de Empresas e Pessoas Singulares.

Feita a pesquisa, foi possível definir-se os procedimentos internos a seguir na cobrança das dívidas dos associados que se encontram nas situações acima

mencionadas. É importante referir que, dado estas situações se encontrarem ligadas à área do Direito, foi necessária a revisão, por parte do DJ, do trabalho desenvolvido, de modo a não haver procedimentos ilegais.

Nas situações de o associado ter encerrado a atividade, cedido a propriedade, vendido o estabelecimento ou encontrar-se noutra situação semelhante, e sem que o tenha comunicado à Associação, a definição dos procedimentos internos de cobrança foi feita em colaboração com a Diretora do DAF e com a Secretária-Geral (SG), através da troca de ideias e opiniões, até se definir o processo mais vantajoso, tanto para o associado como para a Câmara do Comércio.

Terminado o plano de recuperação da dívida dos associados, foi feita uma revisão do mesmo pela SG e, posteriormente, este foi discutido e aprovado em reunião de Direção.

3.5. Análise ao Economato da Associação

O economato é a divisão da CCAH onde se encontra organizado todo o material necessário à sua atividade (essencialmente material de escritório). Este encontra-se informatizado no *software* SIGA na secção “*Gestão de Materiais e Produtos*”. É através desta secção que se consegue gerir a utilização do economato, de modo a haver um maior controlo das entradas e saídas de material.

Em novembro de 2013, foi-me solicitada a elaboração de uma análise, em Excel, ao consumo/gasto do economato nos anos de 2012 e 2013. Esta análise teve como principal objetivo, apurar e explicar, para cada secção da CCAH, a variação, de um ano para o outro, do consumo do economato. É de referir que, no ano de 2013, apenas foi analisado o gasto referente aos meses de janeiro a outubro.

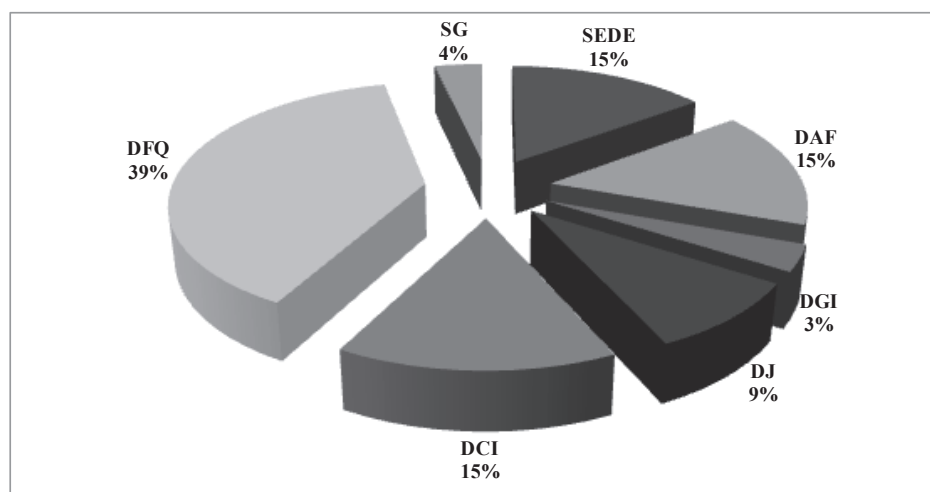
De modo a iniciar esta análise, foi-me entregue a listagem do consumo, por secção, dos materiais que compõe o economato da CCAH, referente aos anos de 2012 e 2013. Posteriormente criou-se um ficheiro de Excel e reproduziu-se, numa tabela, a listagem fornecida. Na Tabela 10 apresenta-se a estrutura base da tabela reproduzida no ficheiro de Excel.

Tabela 10. Estura base da tabela reproduzida através da listagem com o consumo do economato da CCAH

ARTIGOS	ANO															
	SEDE		DAF		DGI		DJ		DCI		DFQ		SG		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Agrafês																
(...)																
Canetas																
(...)																
Tinteiros																
(...)																
Total																

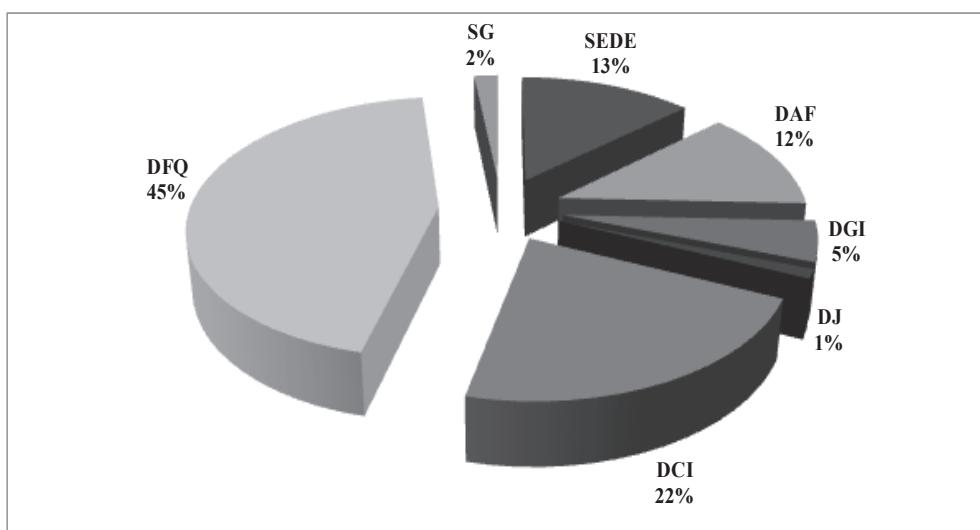
Com os totais (em “Valor”) de cada secção (SEDE, DAF, DGI, DJ, DCI, DFQ e SG), analisou-se o gasto do economato, por secção. As Figuras 5 e 6 mostram esta análise para os anos de 2012 e 2013.

Figura 5. Gasto do economato, por secção, em 2012



Fonte: SIGA CCAH

Figura 6. Gasto do economato, por secção, em 2013



Fonte: SIGA CCAH

Com a Tabela 10 construída e com os gráficos das Figuras 5 e 6, cada secção da CCAH teve a percepção do que gastou do economato nos anos analisados e, a nível geral, toda a CCAH compreendeu o que cada departamento gastou ao longo dos dois anos.

Ainda na análise por secção, para se compreender qual a variação de um ano para o outro, com os totais (em “Valor”) de cada secção, calculou-se a referida variação, tal como apresentado na Tabela 11.

Tabela 11. Variação do gasto de economato, de 2012 para 2013

Secção	Variação (%)
SEDE	-16,83%
DAF	-25,35%
DGI	32,75%
DJ	-88,27%
DCI	39,56%
DFQ	8,09%
SG	-52,40%
TOTAL	-6,36%

Fonte: SIGA CCAH

Observando-se, na Tabela 11, a variação total, conclui-se que, de uma forma geral, o consumo de economato da CCAH diminuiu de 2012 para 2013. Este decréscimo pode ser explicado pela crise económica que Portugal atravessa, porque sendo a CCAH uma associação empresarial, depende em muito da atividade dos seus associados. Encontrando-se a atividade destes condicionada pela referida crise, é natural que a atividade da CCAH também seja afetada, levando-a à contenção dos custos, nomeadamente, na utilização de material de escritório e similares. É importante lembrar que nesta análise não está incluído o gasto do economato nos meses de novembro e dezembro de 2013, o que poderá afetar o resultado final da análise.

De uma forma geral, esta análise serviu não só para se averiguar a situação atual do consumo de economato, mas também para opinar sobre o porquê da sua variação de um ano para outro, de modo a encontrar solução nos casos em que há um elevado gasto do economato.

3.6. Elaboração da Proposta de Alteração do Regime de Quotas da Associação

Durante o ano de 2013 houve um elevado número de desistências por parte dos associados da CCAH. A maior parte dessas desistências deveu-se a motivos económicos, tornando-se difícil para alguns associados pagar a quota. Desta forma, a Direção da Associação decidiu fazer uma revisão do sistema de quotas, tendo como objetivo adaptar o valor da quota à crise económica que afeta atualmente as empresas açorianas, mas tendo em conta o ganho que a CCAH necessita com a quotização.

Assim, no início do ano de 2014, foi solicitado, ao DAF, que elaborasse uma proposta de alteração do regime de quotas da CCAH, para aplicar a partir do segundo semestre de 2014. A elaboração dessa proposta ficou da responsabilidade da Diretora do

DAF com a minha colaboração. Assim, em conjunto realizamos a referida proposta que, posteriormente foi apresentada em reunião de Direção.

Inicialmente foi feita uma pesquisa aos vários regimes de quotas de diversas associações empresariais de Portugal, com o objetivo de perceber qual o critério de quotização mais utilizado e mais adequado à realidade das empresas da RAA.

Após algum trabalho e através da troca de ideias e opiniões entre mim e a Diretora do DAF, definiu-se a proposta de alteração do regime de quotas da associação apresentada na Tabela 12. Nesta definição, teve-se também em conta a opinião da SG e do Diretor do DCI, dado ser o departamento responsável pela angariação de novos associados e pela retenção dos mesmos.

Tabela 12. Proposta de alteração do regime de quotas da CCAH

Tabela de Quotização (Proposta)		Critérios	Escalaão	TERCEIRA		SÃO JORGE E GRACIOSA	
				Q. Mensal	Q. Mensal c/ Desc.	Q. Mensal	Q. Mensal c/ Desc.
Empresários em Nome Individual	Com e Sem Contabilidade Organizada	Volume de Negócios (VN) não aplicável	I	15,00 €	13,50 €	10,50 €	9,45 €
Sociedades	Unipessoais, Quotas, Anónimas, Cooperativas	VN até 100.000,00 €	II	15,00 €	13,50 €	10,50 €	9,45 €
		100.000,01€ ≤ VN < 500.000,00€	III	27,00 €	24,30 €	18,90 €	17,01 €
		500.000,01€ ≤ VN < 5.000.000,00€	IV	30,00 €	27,00 €	21,00 €	18,90 €
		5.000.000,01 ≤ VN < 10.000.000,00€	V	32,50 €	29,25 €	22,75 €	20,48 €
		VN ≥ 10.000.000,01€	VI	35,00 €	31,50 €	24,50 €	22,05 €
Grupo de Empresas (Opcional)	Com e Sem Contas Consolidadas	2 Empresas (desconto de 10%)	VII	54,00 €	48,60 €	37,80 €	34,02 €
		3 Empresas (desconto de 20%)	VIII	72,00 €	64,80 €	50,40 €	45,36 €
		4 Empresas (desconto de 30%)	IX	84,00 €	75,60 €	58,80 €	52,92 €
		5 ou mais Empresas (desconto de 40%)	X	90,00 €	81,00 €	63,00 €	56,70 €
Sociedades Financeiras	Bancos e Seguradoras	VN não aplicável	XI	100,00 €	90,00 €		
Participadas	ART e AGESPI	VN não aplicável	XII	100,00 €	90,00 €		

Observando-se a proposta de alteração do regime de quotas (Tabela 12), às ENI's, não se alterou o critério de quotização, deixando-se como quota os 15€ que são pagos atualmente. Nas sociedades utilizou-se o volume de negócios como critério de definição do valor da quota, ou seja, quanto maior o volume de negócios da sociedade, maior é o valor da quota a pagar. Relativamente aos grupos de empresas, é aplicado, ao valor pago atualmente, um desconto de acordo com o número de empresas que o grupo é

constituído. No caso das sociedades financeiras o valor da quota não se alterou. E por último, nas empresas participadas (ART e AGESPI) o valor da quota aumentou para os 100€.

Nesta proposta manteve-se o desconto de 30% no valor da quota dos associados das ilhas de São Jorge e Graciosa e o desconto de 10%, no caso de o associado optar pela modalidade de quota anual e com pagamento por débito bancário. E manteve-se, também, o regime voluntário de quotas para as empresas que pretendem apoiar a Associação.

Nas sociedades e, devido ao facto de o valor da quota depender do volume de negócios, a empresa deve entregar, à CCAH, a Informação Empresarial Simplificada (IES) do ano anterior, para assim se definir o valor da quota de acordo com a realidade da empresa. Na falta da IES, aplica-se o escalão intermédio (IV).

Nos grupos de empresas, o regime definido é opcional, isto é, o associado pode pagar uma quota por cada empresa ou optar pelo critério definido para o grupo de empresas. Assim, quando um grupo de empresas optar pelo novo regime, as empresas do grupo devem ter um sócio em comum (que representa o grupo de empresas) que, deve ser detentor de, pelo menos, 51% do capital das empresas. Para o comprovar, o grupo é obrigado a entregar a Certidão do Registo Comercial da empresa, exceto nos casos de ENI's que não o necessitam de comprovar.

Ainda na proposta elaborada, desenvolveu-se um plano de fidelização para novos associados. Neste plano, manteve-se o desconto de 50% no primeiro ano, no valor da quota determinada, a todas as empresas que se tornem associadas da CCAH, não sendo aplicável a reinscrições. E aos jovens empresários (até 35 anos) e empresas até um ano de existência, será dado um desconto, no valor da quota determinada, de 50% no

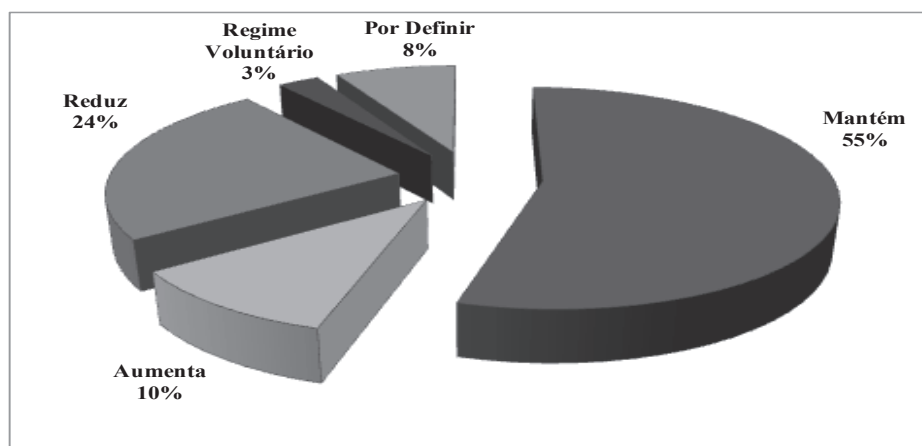
primeiro ano e de 25% no segundo ano, ou seja, estes associados só pagarão o valor da quota por inteiro a partir do terceiro ano de associado.

Para que existisse credibilidade nesta proposta foi necessário adaptá-la à realidade. Desta forma, com uma listagem de todos os associados da CCAH, determinou-se os valores das quotas de acordo com a proposta apresentada na Tabela 12.

Primeiramente foi-me entregue dois ficheiros de Excel, um com a listagem, até à data, de todos os associados da CCAH, e outro com a listagem, referente ao ano de 2012, de todas as empresas açorianas e respetivo volume de negócios. Após cruzar estas duas listagens, num ficheiro de Excel, foi possível aplicar todos os escalões da Tabela 12 aos associados da CCAH e, ter uma perceção das quotas aplicadas a cada sócio de acordo com a proposta de alteração do regime de quotas. No caso de algumas sociedades, e devido à indisponibilidade do valor do volume de negócios, o cálculo da sua quota foi determinado através da média dos escalões das sociedades.

Aplicado, em ficheiro de Excel, o novo sistema de quotização a todos os associados da CCAH, construiu-se o gráfico da Figura 7. Este gráfico mostra o que acontece à quota dos associados se a CCAH adotar o novo regime, ou seja, se o valor da quota se mantém, se aumenta ou se reduz.

Figura 7. Alterações no sistema de quotização dos associados da CCAH



Observando-se o gráfico da Figura 7, conclui-se que, com a proposta de alteração do regime de quotas, do total de associados da CCAH, 55% mantém o valor da quota a pagar e, que apenas 24% vê a sua quota reduzir. Perante esta situação, a Direção da CCAH não aprovou o novo sistema de quotização proposto, por não o considerar vantajoso para a maioria dos associados, tanto que, até 10% destes poderia ver a sua quota a aumentar, colocando em risco a sua manutenção como associados da CCAH, tendo em conta a atual crise económica e financeira que as empresas açorianas atravessam. Esta proposta de alteração da quotização poderia, igualmente, ser prejudicial para a CCAH, pois poderia levar à diminuição das receitas obtidas através da quotização.

De qualquer das formas e, com a contínua desistência de associados da CCAH, esta abordagem ao sistema de quotização não ficou encerrada. Tendo ficado decidido que, mais tarde, dever-se-á voltar a abordar este tema.

3.7. Preenchimento do Relatório Único

O preenchimento do Relatório Único da CCAH, referente ao ano de 2013, foi outra das minhas tarefas no estágio realizado. Após o preencher, a Diretora do DAF reviu o meu trabalho e, posteriormente entregou, o referido relatório, à entidade competente.

O Relatório Único contém toda a informação, relativa ao ano civil anterior à data da sua entrega, sobre os funcionários e prestadores de serviço de uma entidade. De acordo com a informação constante no *site* do Observatório do Emprego e Formação Profissional (OEFPP) do Governo dos Açores, o Relatório Único, para além da folha de rosto, onde se encontra os dados gerais da entidade, é constituído por seis anexos, que contêm a informação sobre os funcionários e prestadores de serviço, Anexo A (Quadro de Pessoal), Anexo B (Fluxo de Entrada e/ou Saída de Trabalhadores), Anexo C

(Relatório Anual da Formação Contínua), Anexo D (Relatório Anual da Atividade do Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho), Anexo E (Greves) e Anexo F (Informação sobre Prestadores de Serviço).

Ainda de acordo com informação constante no *site* da OEFP, apesar de a CCAH ser uma associação sem fins lucrativos, tem trabalhadores ao seu serviço, encontrando-se abrangida pela obrigação de entrega do relatório supramencionado.

O Relatório Único é preenchido e entregue *online*, através de uma plataforma de internet disponível no *site* do OEFP. O seu prazo de entrega decorre entre 15 de fevereiro e 15 de maio.

3.8. Participação no “Encontro Empresarial”

No dia 20 de maio de 2014, participei no Encontro Empresarial organizado pela CCAH. Este Encontro Empresarial ocorreu no auditório da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba, em Angra do Heroísmo e, teve como objetivo lançar e apresentar o novo *site* da Associação, bem como do projeto de Bolsa de Emprego. Para além das novas funcionalidades do *site* da CCAH, este Encontro serviu também para apresentar as propostas para os Novos Sistemas de Incentivos do Novo Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020 para a RAA.

Este Encontro contou com a presença do Presidente da CCAH, o Dr.º Sandro Paim, para a apresentação das funcionalidades do novo *site* e do projeto de Bolsa de Emprego e, com a presença do Vice-Presidente do Governo Regional, o Dr.º Sérgio Ávila, que apresentou as proposta do Governo para os novos sistemas de incentivos para a RAA.

CAPITULO IV – ANÁLISE CRÍTICA

Este capítulo está reservado à análise crítica de todo o relatório e do estágio curricular realizado. Aqui, de uma forma geral, descreverei um pouco o modelo de gestão que a CCAH segue como associação empresarial, apontarei o que a realização deste estágio e deste relatório trouxe de novo à minha vida profissional e pessoal e indicarei os conhecimentos adquiridos durante o meu percurso académico que foram aplicados às tarefas realizadas.

Durante o meu percurso académico houve uma maior tendência para estudar empresas privadas e entidades públicas, havendo pouca referência a associações empresariais. Desta forma, com este estágio curricular, aprendi muito sobre uma associação empresarial e como é gerida, havendo, no seu modelo de gestão, diferenças, face às empresas privadas, que considero relevantes.

No que toca à CCAH esta é gerida e representada por uma Direção, eleita de três em três anos. Este órgão social não se encontra constantemente nas instalações da Associação, sendo necessário, no início de cada ano, cada departamento apresentar à Direção, para aprovação, o seu plano de atividades anual. Deste modo, a Direção consegue ter uma noção das atividades que serão desenvolvidas ao longo do ano. Contudo, no decorrer do ano há assuntos específicos que necessitam de deliberação da Direção, havendo a necessidade de os apresentar em reunião para aprovação. Desta forma, a Direção reúne-se semanalmente para tomar decisões e debater outros assuntos do interesse da CCAH que não se encontram no plano de atividades anual elaborado. Existe ainda a SG, que é a pessoa que representa a Direção dentro da Instituição e acompanha as atividades desenvolvidas em cada departamento, havendo, assim, um elo de ligação mais forte entre a Direção e a própria Associação.

A CCAH é regulada por Estatutos, aprovados em reunião de AG, que devem ser obrigatoriamente adotados, de modo a Associação obter sucesso ao prosseguir com a sua atividade. Estes Estatutos são muito vantajosos na tomada de decisão, pelo fato de enumerarem os poderes/competências de cada órgão social, simplificando a tomada de decisão.

A CCAH, ao contrário de uma empresa privada, encontra-se limitada no que toca à sua prestação de serviços, devido ao facto de não poder fazer concorrência aos seus associados. Por exemplo, a CCAH poderia ser responsável pela contabilidade de mais empresas, e não apenas da contabilidade da CCIA e da AGESPI e, assim, obteria maior receita, mas acontece que, se a CCAH se responsabilizar pela contabilidade de mais empresas, poderá criar concorrência às empresas de contabilidade que são suas associadas, indo contra ao seu objeto (n.º 1 do artigo 2º dos seus Estatutos), a representação, defesa e promoção dos seus associados.

Como Associação Empresarial, a CCAH financia a maior parte da sua atividade através de subsídios do governo, encontrando-se a sua atividade limitada ao orçamento anual, elaborado no início do ano de acordo com a previsão de receita obtida através da prestação de serviços próprios da CCAH e da quantia de subsídio a receber.

Encontrando-se a CCAH dividida em diversas secções, onde existe um bom trabalho de equipa e bons líderes, apresenta o seu trabalho muito bem organizado e distribuído, o que motiva os seus funcionários a prestarem o seu melhor trabalho, havendo um modelo de gestão adequado à estratégia e aos objetivos definidos. Esta motivação dos trabalhadores tem também origem na obrigatoriedade em seguir as disposições estatutárias da Instituição e em querer apresentar bons resultados aos órgãos sociais. As boas instalações e equipamentos da Associação são também razão para a

contínua motivação dos seus funcionários a desenvolver um trabalho cada vez melhor e, assim dar continuidade ao sucesso que CCAH tem junto dos seus sócios.

Na CCAH ampliei todo o conhecimento que obtive ao longo da Licenciatura de Economia e do Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, conseguindo, finalmente, aplicar a teoria à prática, o que foi fundamental para o meu desenvolvimento profissional. Não posso deixar de referir que este estágio foi também muito importante para o meu progresso pessoal, pois foi muito gratificante conseguir aplicar o que aprendi durante o meu percurso académico à realidade profissional e, para além disto, o facto de ter sido extremamente bem acolhida por todos os funcionários da CCAH, fez com que me sentisse integrada na Instituição e conseguisse dar o rendimento pretendido.

No decorrer do trabalho desenvolvido, foram muitas as disciplinas, da licenciatura e do mestrado, que colaboraram para o meu desenvolvimento profissional, isto por apresentarem matérias semelhantes com as tarefas efetuadas ao longo do estágio curricular.

Relativamente à contabilidade das três associações, considero que as disciplinas de Contabilidade Geral (Contabilidade I e Contabilidade II) e as disciplinas financeiras, nomeadamente, Finanças Empresariais I, Finanças Empresariais II, Avaliação de Projetos e Análise Financeira e Avaliação de Empresas foram essenciais na realização dos lançamentos contabilísticos e na elaboração dos relatórios financeiros trimestrais, nomeadamente, na construção e interpretação das DF. Destaco ainda, a disciplina de Fiscalidade, que me ajudou a interpretar o CIVA, conseguindo assim, compreender como deveria ser contabilizado o IVA das três associações, tendo em conta o tratamento fiscal deste imposto para associações sem fins lucrativos.

No que toca às candidaturas comunitárias, foi essencial, ter a noção de que algumas entidades financiam os seus investimentos e a sua atividade através de subsídios, assim, destaco novamente a teoria aprendida nas disciplinas de Contabilidade Geral e a disciplina de Economia Regional, onde obtive conhecimento de alguns dos sistemas de incentivos criados para a RAA.

As cadeiras relacionadas com o Direito, designadamente, Introdução ao Direito I, Legislação Laboral e Fiscalidade, foram importantes para conseguir interpretar bases legais, auxiliando-me na elaboração do plano de recuperação da dívida dos associados, nomeadamente, na interpretação do CIRE, dado que, durante a licenciatura não tive como disciplina Direito Comercial, onde é estudado o referido código.

Apesar de não fazer parte das minhas tarefas a elaboração de orçamentos, as disciplinas de Controlo Orçamental e Controlo de Gestão foram essenciais na elaboração da análise ao consumo do economato e na elaboração da proposta de alteração do regime de quotas da Associação, isto porque nestas disciplinas aprendi a criar tabelas com grande quantidade de informação mas de fácil leitura, o que foi muito importante para a construção das Tabelas 10 e 12.

Por último, destaco a disciplina de Negociação e Comunicação, que me ajudou a desenvolver competências como a comunicação, a integração e a colaboração. O desenvolvimento destas competências foi extremamente importante para a realização do estágio, pois ao longo do mesmo, vi-me obrigada a integrar-me na CCAH e a comunicar e a colaborar com os meus colegas do DAF e restantes funcionários das diversas secções da CCAH para, assim, conseguir desenvolver o meu trabalho de forma eficaz e eficiente.

Ao longo do estágio senti-me muito integrada na CCAH, não só no departamento onde exerci funções, como em toda a Associação, tendo sido muito bem acolhida por

todos os funcionários desta Instituição, que disponibilizaram-se sempre para me ajudar a realizar o estágio e este relatório. Apesar de ser apenas uma estagiária, realizei tarefas de grande responsabilidade e sempre ao lado da Diretora do DAF, o que motivou-me a querer trabalhar mais e a aprender mais. Contudo, no decorrer do estágio, deparei-me com algumas dificuldades, nomeadamente, em aplicar a teoria aprendida ao longo do meu percurso académico com a realidade empresarial. O facto de ter pouco experiência profissional, obrigou-me, inicialmente, a realizar tarefas mais básicas, havendo, provavelmente, pouco tempo para realizar, de forma autónoma, tarefas com maior responsabilidade, encontrando-me dependente da revisão constante do trabalho desenvolvido por mim.

Este estágio curricular deu-me uma nova visão do mundo do trabalho e do ambiente empresarial de outras entidades, para além de empresas públicas e/ou privadas. Neste estágio desenvolvi métodos de trabalho e obtive mais informação sobre as áreas de gestão e de economia, aprofundando ainda mais os conhecimentos acerca destas áreas.

Estes oito meses de estágio foram muito importantes para aprofundar e desenvolver as minhas capacidades profissionais, para assim, continuar com a minha carreira profissional, que se iniciou com este estágio. Aqui desenvolvi autonomia para trabalhar, aprendi a lidar melhor com as pessoas e a integrar-me em diversos ambientes com pessoas muito diferentes e desenvolvi a interação com *softwares* de gestão de empresas e de registo contabilístico e a utilização de folhas de cálculo, apesar de ainda haver muito para aprender e desenvolver a nível profissional.

CAPITULO V – CONCLUSÕES

O estágio curricular realizado na Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo e a elaboração do presente relatório deram-me uma nova visão do mundo do trabalho e do ambiente empresarial, ampliando os conhecimentos que obtive ao longo da Licenciatura em Economia e do Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais.

A realização do estágio e deste relatório, foram muito gratificantes para o meu progresso profissional e pessoal, uma vez que adquiri experiência profissional, aprendi a integrar-me em diversos ambientes com pessoas muito diferentes e, para além disto, consegui aplicar os conceitos teóricos obtidos, durante o meu percurso académico, à prática profissional.

Com a realização do estágio, aprofundei os meus conhecimentos sobre associações empresariais, concluindo que estas apresentam diferenças relevantes, no que toca ao seu modelo de gestão, comparativamente às entidades públicas e/ou privadas.

Analisando o trabalho desenvolvido durante o estágio, considero que, consegui dar o rendimento pretendido e colaborei para o desenvolvimento da atividade da CCAH, de modo a dar continuidade ao sucesso que esta apresenta juntos dos seus associados e na RAA.

No que toca à realização do presente relatório, elaborei-o segundo as orientações do Professor Doutor João Teixeira, atingindo os objetivos propostos pelo orientador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a) Manuais

MOTA, V. (2005), *Subsídios para a história da economia dos Açores, atas da Associação Comercial de Angra do Heroísmo no período de 1852-1877*, 1º Ed., Angra do Heroísmo: Tipografia Açor.

RODRIGUES, J. (2014), *Sistema de Normalização Contabilística Explicado*, 4º Ed., Porto: Porto Editora.

b) Legislação

Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE).

Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA).

Constituição de Associação n.º 1742/2005 de 31 de outubro de 2005 (Estatutos da Associação para Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira).

Decreto Legislativo Regional n.º 26/2011/A, de 4 de novembro.

Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2012/A, de 20 de fevereiro.

Diário da República, II Série de 28 de Maio de 2002.

Estatutos da Câmara do Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo.

Jornal Oficial, I Série de 26/02/1990.

Jornal Oficial, II Série, 1-2º Suplemento, de 24/01/1980 (Estatutos da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores).

Norma Contabilística de Relato Financeiro 22 – Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo.

c) Relatórios

Relatório de Atividades & Contas de 2013 da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.

d) Referências Web

<http://oefp.azores.gov.pt/>

<http://www.azores.gov.pt/>

<http://www.iapmei.pt/>

<http://www.insolvencia.pt/>

<http://www.novo.ccah.eu/>

<http://www.proconvergencia.azores.gov.pt/>

<https://www.portaldasfinancas.gov.pt/>